



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

MARIA FERNANDA PEREIRA BRANDÃO

**O BRASIL NOS CARTAZES DAS MANIFESTAÇÕES DE
RUA (2013-2016).**

CAMPINA GRANDE - PB

2020

MARIA FERNANDA PEREIRA BRANDÃO

**O BRASIL NOS CARTAZES DAS MANIFESTAÇÕES DE
RUA (2013-2016).**

**Trabalho de Conclusão Curso
(Monografia) apresentado ao Curso
de Licenciatura em História do Centro
de Humanidades da Universidade
Federal de Campina Grande, como
requisito parcial para obtenção do
título de Licenciada em História.**

Orientador: Professor Dr. Celso Gestermeier do Nascimento.

CAMPINA GRANDE - PB

2020



B817b Brandão, Maria Fernanda Pereira.
O Brasil nos cartazes das manifestações de rua (2013-2016). / Maria Fernanda Pereira Brandão. - 2020.

82 f.

Orientador: Prof. Dr. Celso Gestermeier do Nascimento.

Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia (Curso de Licenciatura em História) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Humanidades.

1. Manifestações de rua no Brasil. 2. Manifestações populares. 3. Protestos no Brasil - século XXII. 4. Jornadas de Junho - Brasil 2013. 5. Mediação política. 6. Deslocamento discursivo-ideológico. 7. Cartazes de manifestações. 8. Fotografias das manifestações no Brasil. I. Nascimento, Celso Gestermeier do. II. Título.

CDU:94 (81) (043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

MARIA FERNANDA PEREIRA BRANDÃO

**O BRASIL NOS CARTAZES DAS MANIFESTAÇÕES DE
RUA (2013-2016).**

**Trabalho de Conclusão Curso
(Monografia) apresentado ao Curso
de Licenciatura em História do Centro
de Humanidades da Universidade
Federal de Campina Grande, como
requisito parcial para obtenção do
título de Licenciada em História.**

BANCA EXAMINADORA:

**Professor Dr. Celso Gestermeier do Nascimento.
Orientador – UAHIS/CH/UFCG**

**Professora Dra. Damiana de Matos Costa França.
Examinadora I – UAHIS/CH/UFCG**

**Professor Dr. Severino Cabral Filho.
Examinador II – UAHIS/CH/UFCG**

Trabalho aprovado em: 10 de dezembro de 2020.

CAMPINA GRANDE - PB

A todas as pessoas que acreditaram que eu seria capaz de concluir a sua produção dentro do prazo, mesmo com as inúmeras dificuldades que se apresentaram. Que, em algum momento dos últimos meses, me disseram para respirar fundo e não desistir porque sabiam que eu iria conseguir.

AGRADECIMENTOS

Como nenhum homem é uma ilha, é preciso agradecer às pessoas que contribuíram para tornar a realização do presente trabalho possível.

Minha família, que, desde o início da minha vida escolar, me incentivou a me dedicar aos estudos e a perseguir os meus sonhos, sempre dizendo o quanto eu era capaz.

Meu namorado e grande parceiro, João Victor, que, desde o começo do Regime Acadêmico Emergencial (RAE) à distância, não mediu esforços para me proporcionar a estrutura necessária para dar prosseguimento à produção deste trabalho. E nunca deixou de acreditar que eu conseguiria chegar ao fim dele, mesmo em meio a tantas adversidades, ainda que eu mesma tenha duvidado disso inúmeras vezes.

Meus amigos Lucas e Isabelle, que, mesmo de longe, estiveram o tempo todo ao meu lado, me segurando em todos os momentos em que estive à beira de cair. Lucas, em especial, por ter montado uma verdadeira força-tarefa virtual para se certificar de que eu não iria desistir, além de ter sido meu leitor beta. Se cheguei sã até aqui, foi graças a eles dois.

Minha amiga Brenda, que partilha a vida comigo há doze anos, e abriu as portas da sua casa, em outro estado, em meio a uma pandemia global, para me receber em um momento extremamente delicado.

Minhas amigas Yona e Duda, que me presentearam com o seu próprio tempo para ajudar no processo de formatação das imagens e de listagem dos títulos das mesmas. Yona duplamente, por também ter sido leitora beta desta produção textual.

Minha cunhada Millena, por ter tornado mais leve de carregar o peso de dias tão conturbados.

Todos os outros amigos que não foram citados, mas, que sempre contribuíram enormemente em minha vida com a sua amizade e o seu amor.

E, por último, mas de modo algum menos importante, meu orientador, Celso Gestermeier, por ter me guiado na melhor direção para este trabalho, sendo sempre sincero tanto em suas críticas como em seus elogios. Faz toda a diferença quando escolhemos para nos acompanhar no percurso final da graduação um professor que admiramos.

“Estamos diante de impasses históricos inéditos. [...] a falta de estratégia de poder e antipoder dos movimentos sociais, o extremismo conservador e a hesitação (e mediocridade política) de partidos políticos da esquerda social-democrata e socialista colocam-nos diante de um caldo ameaçador de fascismo político sob o plano de fundo da barbárie social.”

Giovanni Alves

RESUMO

Faz parte da natureza histórica da relação entre o poder e aqueles submetidos a ele, que direitos não são concedidos nem mudanças são alcançadas a menos que os governantes sejam constrangidos pelas reivindicações dos governados. Reconhecendo, assim, o protesto como recurso político e a revolta como uma das únicas formas de barganha de que a população dispõe, o presente trabalho tenciona entender as manifestações populares no contexto do século XXI, admitindo-as como uma representação sintomática da debilidade do sistema democrático atual sob a perspectiva do capitalismo global pós-moderno regido pelo neoliberalismo. Nesse sentido, propõe-se discutir a problemática da falta de agenda e mediação política dessas manifestações, especialmente na segunda década do século XXI, para analisar como isto propicia dois perigos centrais: um esvaziamento de resultados, e a criação de um vácuo cujo potencial pode ser cooptado por grupos escusos. Para o estudo de um caso específico quanto a esses perigos, aponta-se as Jornadas de Junho ocorridas no ano de 2013, no Brasil, vistas como lugar de abertura de um processo de deslocamento discursivo-ideológico cujos efeitos serão sentidos pelos anos seguintes, culminando no golpe que depôs Dilma Rousseff da presidência. Isto, em muito impulsionado pela descomunal profusão de pautas distintas que foram levadas às ruas ao mesmo tempo, ou seja, pela ausência de uma agenda fixa e objetiva de demandas concretas. A pesquisa foi realizada através de um levantamento dos registros fotográficos do evento, documentos que permitiram ser pensada a existência do citado deslocamento a partir das mensagens exibidas nos cartazes empunhados pelos manifestantes que tomaram o cenário urbano do país entre os anos 2013 e 2016.

Palavras-chave: Manifestações. Debilidade. Esvaziamento. Vácuo. Jornadas de Junho. Deslocamento. Pautas. Cartazes.

ABSTRACT

It is a fact of the historical nature of the relationship between political power and those subjected to it, that rights are not granted nor changes are achieved unless the governors feel pressured by the claims of the ones governed. Thus, acknowledging riots as a political resource and uprising as one of the only forms of bargaining the population has available, this paper intends to understand popular riots in the context of the 21st century, accepting it as a symptomatic representation of the current democratic system's debility from its place in the postmodern global capitalism ruled by neoliberalism. In this sense, it is proposed hereby to discuss the problem there is in the lack of an agenda and a political mediation on these protests, especially in the second decade of the 21st century, in order to analyze how that lack promotes two central dangers: an emptying of possibilities of results, and the creation of a void whose potential can be coopted by devious groups. For the case study of choice regarding these dangers, this paper points the June Journeys that happened in the year of 2013, in Brazil, as seen as the opening space of a process that has led to a discursive-ideological shift, culminating in the coup that deposed Dilma Rousseff from the presidency. This, largely propelled by the tremendous profusion of divergent topics that were taken at the same time to the streets, that is, the absence of a fixed and objective agenda of concrete demands. This research was carried out through a survey of the photographic records of the event, the documents that allowed us to think about the existence of the aforementioned shift as from the messages displayed on the posters lifted by the protesters who took over the country's urban scenery between the years 2013 and 2016.

Palavras-chave: Riots. Debility. Emptying. Void. June Journeys. Shift. Topics. Cartazes.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - O tal “direito de ir e vir” não deveria ser gratuito ou pelo menos de qualidade?????? #passe livre já!!!.....	49
FIGURA 2 - De quem é o transporte público? Quem lucra?.....	50
FIGURA 3 - 3,20 é roubo! // The times are a-changin São Paulo 2013 // -Tarifa +Transporte // Se a tarifa não baixar, a cidade vai parar!.....	51
FIGURA 4 - Erro no sistema Capitalismo travou! Instalar novo sistema? OK // Lembre-se de sua mãe quando disser que toda mulher é vadia.....	52
FIGURA 5 - Passe-livre já, Brasil ANEL // 2,85 é assalto // Não ao aumento.....	53
FIGURA 6 - PT: a maior farça do país!.....	53
FIGURA 7 - Reforma agrária // Escola em tempo integral // Taxação das grandes fortunas do Brasil direto para saúde.....	54
FIGURA 8 - Copa FIFA = 33 bilhões Olimpíada = 26 bilhões Corrupção = 50 bilhões Salário mínimo = 678 reais E você ainda acha que é por centavos?.....	55
FIGURA 9 - PuTa que pariu! Nunca mais!.....	56
FIGURA 10 - PT nunca mais!.....	57
FIGURA 11 - BRT = Enganação.....	58
FIGURA 12 - Sou doente por amar “diferente”? #forafeliciano // Xô satanás!!.....	59
FIGURA 13 - Não é por 0,20 centavos é pelo meu futuro!.....	60
FIGURA 14 - Os bandidos de verdade tão em Brasília tudo solto!.....	61
FIGURA 15 - Enfia o dinheiro da copa no... ..SUS.....	62
FIGURA 16 - Sai Dilma!! O povo é o dono do Brasil!.....	63
FIGURA 17 - Movimento pátria livre.....	63
FIGURA 18 - Sem partido.....	64
FIGURA 19 - Meu partido é meu país // Fora PT!.....	65
FIGURA 20 - De Cuba, só charuto! #revalida // O Brasil alterou seu status de: “Deitado eternamente em berço esplêndido” para “verás que um filho teu não foge a luta”.....	66
FIGURA 21 - Não sou esquerda e não sou direita... sou #HadoukenNoGoverno.....	67
FIGURA 22 - Quero o meu Brasil livre do PT.....	69
FIGURA 23 - Fora PeTralhas! // Impeachment Já! #FORAPT // O povo que vota no “PT” é cúmplice.....	69

FIGURA 24 - Voto impresso já! #TransparênciaNãoTemPartido.....	70
FIGURA 25 - O Brasil não será uma nova Cuba! // Não vamos nos calar, o Brasil precisa de progresso.....	72
FIGURA 26 - Fora corruPTos // Chega Dilma! // Fora Supremo, fora Dilma! Queremos só Ministério Público.....	73
FIGURA 27 - Intervenção militar já!! O Brasil EXIGE: Ordem e Progresso!! // Intervenção militar já! Proteção contra as tropas do MST o UNASUL.....	74
FIGURA 28 - Quero voltar a dizer que eu tenho orgulho de ser brasileiro // PT Partido Tenebroso Partido dos ladrões // We are all Sergio Moro.....	75
FIGURA 29 - Intervenção militar art 142.....	75
FIGURA 30 - O problema do Brasil Mais de 600 corruptos destruindo o Brasil Congresso da imoralidade.....	76

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 CAPÍTULO I: A mão invisível	16
1.1 Substanciar uma ideia.....	18
1.2 Contradições impossíveis.....	22
1.3 A falsa potência das lacunas.....	25
1.4 Perigos em potencial.....	27
2 CAPÍTULO II: O ano que não terminou	30
2.1 A jornada posta em marcha.....	31
2.2 Multidão caleidoscópica.....	34
2.3 Esvaziamento progressivo.....	36
2.4 A ponte quebrada do socialismo burguês.....	37
2.5 A imprevisibilidade de um descontrole irremediável.....	40
3 CAPÍTULO III: Mudança de coordenadas	44
3.1 A imagem como fonte histórica.....	44
3.2 O cartaz é político.....	46
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS.....	80

INTRODUÇÃO

O cenário internacional global no ano de 2019 ficou marcado pela explosão convulsiva que tomou as ruas do Chile a partir do mês de outubro. Testemunhamos, impressionados, pelas telas dos nossos smartphones, computadores e das nossas televisões, a população chilena estourar em atos furiosos de revolta que perduraram pelo resto daquele ano. Mesmo com a chegada de 2020, os protestos não encontraram seu encerramento, e continuam a acontecer no momento em que o presente trabalho é produzido.

O estopim da questão chilena se deu com o anúncio de um aumento de \$0,30 na passagem de ônibus e de metrô na cidade de Santiago, o que nos lembra outra explosão ocorrida pouquíssimo tempo atrás, também deflagrada por causa de alterações no preço da passagem de ônibus: as Jornadas de Junho do Brasil, como ficaram conhecidas as manifestações que se alastraram pelo país em 2013. E é justamente por essa associação que o primeiro evento interessa aqui, menos por ele mesmo e pela expectativa de seu desfecho e mais como a fonte de reflexão que nos colocou no caminho que levou ao objeto final desta pesquisa. Isto pois, assim como veremos no caso brasileiro, o valor do ajuste da passagem atuou apenas como a ponta do iceberg face à situação do Chile.

Tendo sido um dos maiores laboratórios do neoliberalismo na América do Sul desde a ditadura de Augusto Pinochet¹, com os seus Chicago Boys², o país entrou no século XXI com a maioria dos seus serviços públicos privatizados, incluindo hospitais e universidades, além do fato de que o regime ditatorial praticamente destruiu os direitos trabalhistas do povo chileno. Um cenário histórico que não deixa dúvida quanto aos por quês anteriores e interiores de, dada a notícia do aumento, estudantes secundaristas indignados convocarem uma ação de “pula-catracas” nas redes sociais da internet, e disso ter se transformado rapidamente em uma manifestação generalizada que levou a população em peso às ruas contra o governo do atual presidente Sebastián Piñera.

Foi assistindo ao desenrolar desse processo, com atenção especial à maneira como as pessoas se colocaram e agiram nas ruas, as bandeiras que levantaram, as reivindicações que estavam fazendo, as causas pelas quais saíram em defesa, que despertou-nos a memória da série de manifestações brasileiras que ficaram conhecidas como as Jornadas de Junho. Por

¹Augusto José Ramón Pinochet Ugarte, general que protagonizou o golpe militar que depôs o presidente Salvador Allende no Chile, em 1973, assumindo em seguida o cargo de chefe de governo por via indireta e mantendo-se nele por meio de uma ditadura que se prolongou até o ano de 1990.

²Grupo de economistas liberais chilenos responsável pela elaboração da política econômica do governo de Pinochet.

algumas razões: tanto no Chile de 2019, como no Brasil de 2013, é possível enxergar a questão da ocupação do espaço urbano e da apropriação coletiva da cidade como um agente inseparável da revolta; a prática de ocupar percebida também como forma de resistência à privatização e à segregação fabricadas na cidade. E acima de tudo, o que se vê partilhado pelos dois exemplos é o fato de serem processos completamente espontâneos e sem mediação nem direção: não se tem líderes conduzindo essas pessoas, não há manejo dos protestos por parte de partidos políticos. Entretanto, ao passo que a perspectiva futura do Chile segue em aberto, no Brasil já conseguimos observar, apenas sete anos depois, os rumos que os eventos de Junho tomaram, bem como as suas consequências mais explícitas.

Conjecturando acerca dos possíveis novos (ou velhos) quadros que poderiam resultar de tamanha demonstração de fúria no vizinho chileno, começamos a pensar no cenário político que está posto hoje, em 2020, no Brasil, e se ele foi, em algum nível, resultante da nossa própria fúria no ano de 2013. Mas, como verificar isso?

Ao buscarmos materiais da época (artigos, matérias de jornais, gravações televisivas disponíveis on-line) sobre as Jornadas de Junho, um ponto chamou-nos atenção nas fotografias que acompanhavam a produção do tema: as mensagens grafadas nos cartazes carregados pelas pessoas que compareceram às manifestações. Visualizar nesses cartazes a miscelânea de ideias presentes nos protestos não trouxe novidades, visto que uma das razões pelas quais Junho ficou marcado na história recente do Brasil foi a confusão interpretativa subsequente à sua grande pluralidade de pautas. O que mostrou-se de diferente foi que, ao passear pelas fotografias não apenas das Jornadas, mas, também, dos protestos que aconteceram nos anos seguintes, percebemos que o visível deslocamento do discurso e da ideologia expressados nas ruas realmente podia ser lido numa versão incipiente já em 2013.

Constatamos que, partindo da análise dos cartazes das manifestações, poderíamos, então, verificar os rumos tomados pela conjuntura política e social do Brasil como, de fato, consequência das Jornadas de Junho.

Com isso em mente, estabelecemos as ideias iniciais do presente trabalho com o objetivo primeiro de acessar o contexto que envolve esse retorno da população às ruas para o fazer histórico, observando outros exemplos de manifestações populares desse que ainda é tão somente o início do século XXI, admitindo o pressuposto de que essas demonstrações públicas compõem um panorama sintomático da debilidade do modelo democrático contemporâneo dentro da estrutura do capitalismo global pós-moderno gerenciado pela lógica neoliberal. Numa comprovação de que, muito ao contrário do que proferiu Fukuyama, a

história não encontrou o seu fim com a expansão mundial das democracias liberais junto ao capitalismo de livre mercado.

Tendo em vista uma consonância com o pensamento de Christian Dardot (2016) e Pierre Laval (2016), de que falar desse tema é pensar que a estrutura política-econômica produz dados tipos de relações sociais, modos de vida, e subjetividades, posto que no neoliberalismo o que está em jogo é a forma como somos levados a entender e praticar a nossa existência, a nos comportar e a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. Assim, a base do presente estudo está centrada na percepção e no entendimento do elo complexo que há entre ações coletivas e reorganizações políticas e econômicas nas sociedades.

Sob tal perspectiva, traçamos um fio que se inicia no ano de 2011, com os eventos reunidos sob o título de Primavera Árabe servindo de impulso para o Occupy Wall Street, nos Estados Unidos. Mas, o recorte temporal propriamente escolhido como objeto maior desta pesquisa, como dito anteriormente, começa em 2013, no Brasil, por compreendermos que, na esteira do retorno da população às ruas no século XXI, foi aberto aí um processo que significou um redirecionamento nos caminhos políticos, sociais e econômicos do país. Por conseguinte, nosso segundo objetivo é acessar esse acontecimento pontual como, na verdade, um *continuum*, cujos pontos de culminância identificamos em dois momentos: 1- o impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, em 2016; 2- a eleição de Jair Messias Bolsonaro para a presidência, em 2018. Aqui, contudo, nos ocuparemos apenas do primeiro.

A delimitação do recorte temporal (2013-2016) justifica-se, então, porque é no percurso das manifestações populares ocorridas durante este curto, porém, extremamente significativo, espaço de tempo que constatamos, a partir da leitura dos cartazes dos manifestantes, um deslocamento discursivo-ideológico que julgamos consequente do vácuo hegemônico favorecido pela ausência de agenda e mediação políticas quando das Jornadas de Junho.

Isto posto, reconhecemos a problemática existente no meio historiográfico acerca da curta distância temporal do tema escolhido, e todo o debate que cerceia o campo da História do Presente — que alguns diferenciam das História do Tempo Presente³ — a respeito de o distanciamento colocado ser ou não suficiente para que se possa observar os efeitos de um determinado evento, dado que é uma história ainda em devir. No entanto, aqui se faz aceito o obstáculo da proximidade, pois, este estudo defende que já é plenamente possível aferir os

³Campo que se institucionalizou na Europa após a Segunda Guerra Mundial, trabalha com a ideia de *evento-ruptura* ou *data-ruptura* sendo o ponto que marca o início de um novo período na contemporaneidade. Historiadores dessa linha, como Paul Ricoeur, admitem que o Tempo Presente começa a partir do último grande evento traumático gerador de uma onda de choque que irá reverberar no presente de maneira definitiva.

efeitos de maior impacto do recorte de tempo proposto, como explicitado nos pontos de culminância que elencamos previamente.

Cientes, também, das dificuldades que ainda se colocam sobre a definição mesma de o que seria essa história do presente, sendo uma linha de pesquisa que não possui estabilidade teórica quanto aos seus métodos de abordagem, tomamos como suporte a noção de *presentismo*⁴ de François Hartog (2013), considerando que a relação social do pesquisador com o presente faz deste o regime de historicidade por excelência, tendo em vista que é a categoria temporal de onde parte a nossa consciência histórica.

Ademais, corroboramos a visão de Jean-Pierre Rioux (1999), que defende a reflexão histórica sobre o presente sob a justificativa de que é preciso auxiliar as novas gerações a “combater a atemporalidade contemporânea” gestada pela liquidez midiática. E, partindo da firme crença de que, se o presente é um lugar constantemente em disputa, e, a sua escrita, uma batalha de narrativas, é, portanto, função do historiador oferecer à sociedade uma leitura dos acontecimentos recentes para permitir a sua compreensão no agora. Para que daqui a 50 anos não seja tão difícil lutar contra verdades fabricadas com o amálgama da conveniência.

Sendo assim, para a construção deste estudo, enxergamos a necessidade que há de um fazer interdisciplinar entre a história e outros campos preocupados com o presente, partilhando da visão de Marc Bloch e Lucien Febvre ao inaugurarem a Escola dos Annales em 1930. Enquanto o aporte teórico para compreender a história das multidões é dado por Thompson (1998), nos apoiamos em Castells (2013) e Žižek (2012) para uma ótica sociológica no exame das manifestações populares à luz do século XXI e suas estruturas. Com a contribuição de Iasi (2013) e Fernandes (2019) para as noções fundamentais de, respectivamente, “impossibilidade do real” e “pós-política”.

Quanto às fontes que possibilitaram a presente pesquisa, utilizamos fotografias tiradas nas manifestações de rua no Brasil dentro do recorte temporal de 2013 a 2016, que enfocam os cartazes empunhados pelos participantes. Não abrangendo completamente cada um dos movimentos do gênero que se deram dentro de toda essa temporalidade, mas demarcando, em meio a isso, uma linha sucessiva que permitiu compreender, por meio dos dizeres grafados nos cartazes, que foi processado no Brasil um deslocamento discursivo-ideológico impulsionado pelas Jornadas de Junho.

⁴Cf: François Hartog, *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*, Belo Horizonte, Autêntica, 2013.

CAPÍTULO I

A mão invisível⁵

“Poderá a indignação se tornar revolução?”

Henrique Soares Carneiro

O que empurra as pessoas para as ruas?

O que faz alguém se juntar a um mar de estranhos em um ato de manifestação pública, qualquer que seja?

Não faz muito tempo que grandes nomes da História Social se propuseram a compreender e responder essa questão. George Rudé, E. P. Thompson, Eric Hobsbawm e Charles Tilly são alguns dos que, na segunda metade do século XX, compuseram a vanguarda que se dedicou ao estudo do comportamento coletivo das agitações, recolhendo as práticas de protesto de um plano até então fora da estrutura política para reconhecê-las e inseri-las seriamente como parte integrante do processo social.

[...] à historiografia do protesto popular, e, mais precisamente, à do protesto de grupos politicamente oprimidos — isto é, dos grupos e classes que se encontravam em situação de subalternidade e mesmo de dominação nas diferentes relações de forças (sociais, mas também políticas) que, num dado tempo e espaço, caracterizaram as sociedades a que pertenciam. Era sobretudo porque sofriam a constante pressão desorganizadora dos grupos governantes e dominantes dessas sociedades que os revoltosos careciam de representação política no nível do governo, quer a demandassem e lutassem por ela quer não (PAMPLONA, 1996, p.220).

Foi o empenho desses historiadores que desviou as multidões de um caráter unicamente “irracional” e “histórico”, seguindo o caminho apontado por Rudé de uma metodologia séria que requeria conhecer não apenas os alvos e os intentos das turbas mas também investigar sua composição social e o nível de êxito alcançado e/ou de repressão sofrida. Reservando, inclusive, certas ressalvas ao uso indiscriminado do termo “multidão” e semelhantes⁶, que podem transmitir uma sensação de aleatoriedade onde isto já não cabe, a exemplo dos movimentos disciplinados que vieram com a modernidade industrial, mormente o movimento operário (PAMPLONA, 1996).

⁵Título inspirado na “mão invisível do mercado” de Adam Smith. Tal ligação foi pensada tendo em vista que, de acordo com o que será explicado neste capítulo, há uma *impossibilidade* na estrutura capitalista que causa um incômodo “invisível” na pessoas e está na raiz das manifestações.

⁶Tomaremos a liberdade de fazer uso desses termos no caso da falta de outro melhor, tendo em vista que o seu significado generalizado no linguajar cotidiano satisfaz as necessidades da discussão do presente trabalho.

A preocupação em questionar uma linguagem de teor esporádico, aliás, é também assinalada por Thompson (1998) em sua *economia moral da multidão inglesa no século XVIII*⁷, na qual chama atenção para o necessário cuidado com esse olhar sobre as exhibições populares de revolta ao longo da história, posto que carrega o risco da suposição de que o povo meramente se intromete na cena histórica vez por outra, em ocasiões de perturbação, numa reação mais compulsiva do que consciente. É um olhar que enevoa a complexidade dos ânimos e do comportamento dessas pessoas e reduz a História Social a uma coleção de acontecimentos “espasmódicos”.

Por exemplo, os *mobs* ou *riots*⁸ não eram atos inesperados na Europa do século XVIII: “A ação espontânea e de pequena escala podia nascer de uma vaia ou rezinga ritualizada na frente das lojas de varejo; da interceptação de uma carroça de grão ou farinha que passava por um centro populoso; ou da simples reunião de uma multidão ameaçadora” (THOMPSON, 1998, p.184). Nascidos do ressentimento de uma condição que basicamente somava a alta dos preços com o desemprego, tornando o quadro das classes vulneráveis insustentável, tais *riots* não devem, porém, ser circunscritos tão somente na fome. A esse respeito, Thompson (1998) argumenta que a grande maioria das ações do gênero possuíam uma noção interior que as legitimava: no caso dos *riots* ingleses, a multidão se insuflava da convicção de estar defendendo seus direitos e costumes tradicionais derivados da concepção de uma *economia moral*. Fundamentada em uma noção que conceituava normas e obrigações sociais como partes da *tradição*, principalmente no tocante às funções econômicas exercidas pelos diferentes grupos da comunidade, essa economia moral, para além da questão do controle dos preços, se apoiava na administração do Estado para classificar o que constituía práticas legítimas e ilegítimas da atividade comercial.

Embora essa economia moral não possa ser descrita como “política” em nenhum sentido mais avançado, tampouco pode ser descrita como apolítica, pois supunha noções definidas, e apaixonadamente defendidas, do bem-estar comum — noções que na realidade encontravam algum apoio na tradição paternalista das autoridades; noções que o povo, por sua vez, fazia soar tão alto que as autoridades ficavam, em certa medida, reféns do povo. Assim, essa economia moral não se intrometia apenas nos momentos de perturbação social, mas incidia de forma muito geral sobre o governo e o pensamento do século XVIII. A palavra “motim” é demasiado pequena para abarcar tudo isso (THOMPSON, 1998, p.152-153).

Ou seja, os “levantes dos pobres”, como o autor se refere, eram o recurso de que essas camadas sociais dispunham para forçar os preços dos mantimentos essenciais a serem retidos em um nível que permitisse que tivessem ao menos o poder aquisitivo de comprar pão,

⁷Cf. E. P. Thompson, *Costumes em comum*, cap. 4, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

⁸Em português, respectivamente: turba; motim.

item basilar da alimentação dos trabalhadores ingleses no século XVIII. Uma análise que corrobora a dificuldade de Charles Tilly com o termo “pré-político” cunhado por Eric Hobsbawm para descrever os movimentos de pessoas simples que não chegavam a ter uma organização em sua ação, nem um juízo elaborado sobre o quadro que os deflagrou. Visto que a principal ideia defendida por Tilly em seus estudos é a de que tais atuações constituíam o que provavelmente era o único mecanismo por meio do qual o populacho conseguia moldar a disposição do poder europeu, e tratá-las como algo que não compõe o processo político é não reconhecer que “todas as formas de protesto popular [...] são parte integrante ou parcelas, elas próprias, das lutas pelo poder e da dinâmica da sociedade a que pertencem” (PAMPLONA, 1996, p.219).

Em outras palavras, podemos dizer que a compressão que as pessoas parecem possuir do ato de sair pelas ruas da cidade para se manifestar como um instrumento de pressão, e da sua revolta como uma forma de barganha, não foi um advento da democracia moderna. De fato, faz parte da natureza histórica da relação entre o poder e aqueles submetidos a ele, que direitos não são concedidos nem mudanças são alcançadas a menos que os governantes sejam constrangidos pelas reivindicações dos governados.

1.1 Substanciar uma ideia

À luz do século XXI, em especial a partir da década de 2010, temos observado tal compreensão sendo posta em prática com bastante frequência em diversas partes do mundo, a tomada do espaço urbano utilizada tanto como método, como objetivo de diversos movimentos. Prova de que “o poder coletivo de corpos no espaço público continua sendo o instrumento mais efetivo de oposição quando o acesso a todos os outros meios está bloqueado” (HARVEY, 2012, p.874).

Esses movimentos, atualmente, são muitas vezes protagonizados em sua maioria por jovens “órfãos de futuridade”, como os nomeia Giovanni Alves (2012, p.496). São frutos de gerações nascidas e criadas no seio dos resultados de décadas de lutas sociais — sem necessariamente apreendê-las —, e que agora começam a se ver com as possibilidades de vida circunscritas pela condição de precariado⁹. Boa parte desses jovens não têm formação ou vivência política prévias, mas isso não os preserva de sentir o incômodo, ainda que nem

⁹Conceito que define o novo proletariado urbano gerado pelo processo de globalização capitalista sob a agência neoliberal, constituído por jovens-adultos com alto grau de escolarização mas que são inseridos de maneira cada vez mais precária nas relações sociais de trabalho.

sempre saibam nomeá-lo, causado pelo que Mauro Luis Iasi (2013) chama de uma *impossibilidade de manter a impossibilidade do real*, este que é projetado pela ordem capitalista global e sua estrutura burguesa, que será discutida mais adiante. E “se acreditou durante tanto tempo que a roda da história estava parada, que não havia muito mais a se esperar a não ser uma espécie de acerto gerencial de rota a partir dos princípios postos pelo liberalismo econômico” (SAFATLE, 2012, p.801).

Nesse sentido, o ano de 2011 é um marco no clima e nos rumos da política mundial, quando o rompante que levou manifestantes à Praça Tahrir, no Cairo¹⁰, viajou para inspirar os Indignados da Espanha¹¹ e alcançou os nova-iorquinos que ocuparam Wall Street:

Ele chegou da Praça Tahrir - uma ironia histórica, considerando-se que, para a maioria dos americanos, só o petróleo e Israel têm relevância no Oriente Médio. No entanto, a imagem e o som da determinação das pessoas, contra todas as probabilidades, em derrubar ditaduras a qualquer custo reacenderam a fé no poder do povo, pelo menos em certos círculos de ativistas. O eco das revoltas árabes foi amplificado pelas notícias provenientes da Europa, em particular da Espanha [...] Num mundo conectado ao vivo pela internet, cidadãos comprometidos ficaram imediatamente a par de lutas e projetos com os quais podiam se identificar (CASTELLS, 2013, p.122-123).

Tecendo em termos mais subjetivos, podemos dizer que há ocasiões na história em que as circunstâncias e as condições do momento estão concentradas de tal maneira que um único episódio, inicialmente restrito a um determinado local, vira a força motriz que coloca em movimento vários eventos em diferentes partes do mundo. E tudo ocorre por causa de uma ideia; uma “simples” ideia, que sai de uma mente e encontra outra, e passa a transitar livre entre tantas mais. Porque as ideias “desconhecem as limitações do espaço, pois têm a força para construir um novo” (SAFATLE, 2012, p.659).

Foi alicerçado em uma ideia que o Occupy Wall Street, conclamado para o dia 17 de setembro de 2011, aniversário da Constituição estadunidense, se somou à uma onda de processos descentralizados e, até onde conseguia-se enxergar, completamente espontâneos e sem direção, ativados por uma sensação de empoderamento civil germinado justamente pela falta de poder — que empodera todas as vezes em que um aglomerado de pessoas se reúne por compartilhar um mesmo sentimento de dificuldade ou exploração. O que se viu naquele momento, consoante à leitura que o sociólogo Manuel Castells (2013) fez do evento, foi uma centelha que pareceu se propagar espontaneamente pelos Estados Unidos, com o rápido alastramento geográfico sendo um reflexo direto da disseminação que se deu no plano virtual.

¹⁰Referente ao processo de revolução egípcio iniciado no dia 25 de janeiro de 2011 que levou à deposição de Muhammad Hosni Said Mubarak, após 30 anos de ditadura (Primavera Árabe).

¹¹O “Movimiento 15 de Mayo” ou “15-M”, que saiu às ruas no dia 15 de maio de 2011, às vésperas das eleições municipais espanholas, contra a bipolaridade governamental PP-PSOE (Partido Popular e Partido Socialista Operário Espanhol) e pedindo por uma “Democracia Real”.

E, aqui, devemos abrir espaço para apontar o papel da internet nas manifestações de rua no século XXI.

No tabuleiro do jogo do poder, os vários movimentos sociais exercem o contrapoder, produzindo valores alternativos aos oficiais e oferecendo à sociedade uma visão que revela novas maneiras de organização, que divergem daquela institucionalizada. Mas, para se afirmarem nesse lugar de contraposição, esses grupos portadores da semente de protesto precisam dispor de um meio para se comunicar com a sociedade que seja livre de qualquer tipo de vigilância e controle. Até a metade do século passado, esse meio era encontrado em ondas de rádio clandestinas e jornais independentes — e, no tocante à história do exercício de contrapoder no Brasil, nem se faz necessário recuar tanto assim, basta-nos lembrar das táticas de comunicação utilizadas na luta contra a ditadura (1964-1985). Com a entrada definitiva do mundo na era digital, cujo início consideramos aqui como sendo a década de 1990, quando da criação das plataformas on-line incipientes das atuais *redes sociais*, as possibilidades de se fabricar espaços autônomos de comunicação foram ampliadas de forma extraordinária.

Desse modo, após apenas algumas décadas de avanços impressionantes, são as redes sociais digitais que hoje cumprem o papel de lugar onde interações antagônicas à ordem posta podem se desenvolver e se organizar, além de contar com uma capacidade de irradiação nunca antes experimentada pelo homem até o nascimento da *world wide web*. A internet passou a servir, assim, “para a construção da autonomia do ator social, seja ele individual ou coletivo, em relação às instituições da sociedade” (CASTELLS, 2013, p.16). Uma plataforma de correspondência em massa que se faz fundamental para compreender não só a formação e a execução das manifestações populares nessa segunda década do século XXI, como, também, o seu comportamento.

Em nossa sociedade, o espaço público dos movimentos sociais é construído como um espaço híbrido entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado: conectando o ciberespaço com o espaço numa interação implacável e constituindo, tecnológica e culturalmente, comunidades instantâneas de prática transformadora (CASTELLS, 2013, p.20).

Isto posto, não é excepcional que as convocações para o Occupy Wall Street tenham sido “lançadas” on-line. Um manifesto foi postado no blog da revista Adbusters¹², com uma chamada potente que deixava clara a ideia que lhe serviu de inspiração: “#OCCUPYWALLSTREET. Vocês estão prontos para um momento Tahrir? No dia 17 de

¹²Revista ativista publicada pela Adbusters Media Foundation, organização anticapitalista sem fins lucrativos. (Vale salientar que tal convocatória pelas redes veio na esteira de outra, o Dia da Fúria, chamado feito à população estadunidense pelo Anonymous no mês de março do mesmo ano, também inspirado pelo que estava acontecendo no mundo árabe naquele momento.)

setembro, inundem lower Manhattan, levantem barracas, cozinhas, barricadas pacíficas e ocupem Wall Street.”¹³ E continuava, afirmando que uma mudança revolucionária mundial estava em curso e que previa bons desdobramentos para o futuro.

Quanto à sua demanda, esta foi substanciada em uma só:

[...] o cerne do por quê o establishment político americano atualmente não merecer ser chamado de democracia: nós exigimos que Barack Obama estabeleça uma Comissão Presidencial com a tarefa de acabar com a influência que o dinheiro tem sobre nossos representantes em Washington. É hora de REPRESENTAÇÃO, NÃO CORPORAÇÃO. Se não for assim, nós estamos condenados (Tradução livre do manifesto postado no blog da revista Adbusters no dia 13 de julho de 2011, grifo do original).¹⁴

Era esta a solicitação que, segundo descrita pelo manifesto, constituía um ponto em comum tanto na direita como na esquerda: agir contra os políticos corruptos. Os culpados genéricos, por assim dizer, que identificaram para nomear o incômodo que vinha reverberando desde que o naufrágio do mercado imobiliário estadunidense em 2008 inaugurou uma crise do capitalismo financeiro. Marcar a corrupção como réu é, muitas vezes — como também será visto no caso do Brasil, em 2013, durante as Jornadas de Junho —, a maneira encontrada para traduzir o sentimento gestado por um cenário no qual uma crise econômica se associa a uma crise de legitimidade política espalhando indignação e desconfiança generalizadas na população para com as perspectivas de mercado e de governo.

[...] o fio comum que unia, na mente das pessoas, suas experiências de revolta, a despeito de contextos amplamente diversos em termos culturais, econômicos e institucionais? [...] nasceu do desprezo por seus governos e pela classe política [...] Foi estimulada pela indignação provocada pela cumplicidade percebida entre as elites financeira e política. Foi desencadeada pela sublevação emocional resultante de algum evento insuportável. E tornou-se possível pela superação do medo, mediante a proximidade construída nas redes do ciberespaço e nas comunidades do espaço urbano. (CASTELLS, 2013, p.27-28).

Isto posto, a convocatória para o dia 17 de setembro se desenrolou em um movimento que mobilizou milhares de pessoas por todo os Estados Unidos, seja colocando-as em atividade nas ruas ou apenas no plano virtual — e era este que ditava o tom das primeiras —, e se alongou pelo mês de outubro daquele ano. A principal tática do Occupy, como o próprio nome enuncia, era efetivamente *ocupar* pontos das cidades, de forma permanente ou para realizar assembléias diárias, para criar, assim, o que Castells denomina de *espaços de autonomia popular*.

¹³“#OCCUPYWALLSTREET. Are you ready for a Tahrir moment? On Sept 17, flood into lower Manhattan, set up tents, kitchens, peaceful barricades and occupy Wall Street.”

¹⁴“The most exciting candidate that we’ve heard so far is one that gets at the core of why the American political establishment is currently unworthy of being called a democracy: we demand that Barack Obama ordain a Presidential Commission tasked with ending the influence money has over our representatives in Washington. It’s time for REPRESENTATION NOT CORPORATION. We’re doomed without it.”

Nesses espaços, acampamentos que chegaram a ser erguidos em cada um dos 50 estados do país, parte da população estadunidense pôde experimentar uma “constatação material de que outra vida é possível” (CASTELLS, 2013, p.133), reunindo-se livremente no espaço público, contestando os problemas que enxergavam no *establishment*, compartilhando suas experiências e debatendo em meio a suas diferenças possibilidades do que fazer. Ali, o povo pôde tomar consciência de si longe das vistas do controle político — exercício propiciado também pela utilização da internet para catalisar esses eventos, visto que as próprias redes sociais caracterizam espaços de autonomia por estarem fora da mídia oficial que monopoliza os meios de comunicação, e, portanto, fora do alcance do poder de vigilância e contenção dos governos (ou, pelo menos, dos governos ditos democráticos).

O que significa dizer que,

[...] o tema da ocupação — no sentido de controle do espaço, mesmo que por um certo período, e, a partir daí, a ação direta na gestão de seus fluxos — tem forte ressonância no sentimento, que parece generalizado, do alheamento em relação aos processos decisórios na política e da falta de expressão pública de parte significativa da população. Ocupando as ruas, reorganizando os espaços e reapropriando suas formas, [...] aqueles que são alijados do poder de decisão sobre seu destino tomam esse destino com seu próprio corpo, por meio da ação direta (ROLNIK, 2013, p.10).

1.2 Contradições impossíveis

A vontade de autonomia, de estabelecer fisicamente uma distância entre “nós”, o povo, e “eles”, os políticos — como se configurassem uma entidade estranha, à parte —, de se desvencilhar da administração do governo para, então, tentar colocar em prática as desejadas transformações que aqueles que possuem o poder para tanto não o fazem, é fomentada numa revolta interior que está sempre lá, que arrefece de tempos em tempos mas volta a entrar em ebulição mais cedo ou mais tarde. Uma ciclicidade sustentada e perpetuada por um fator axiomático: as contradições das relações sociais de produção capitalista vivenciadas cotidianamente.

E onde é que essas relações se expressam? Na cidade. Logo, a necessidade de se fabricar espaços autônomos dentro dela ou de sair em marcha pelas suas ruas em atos de protesto. Pois, a cidade não é só o lugar *onde* se luta, mas, também, o lugar *pelo qual* se luta, daí por quê ocupá-la: significa exercer o poder simbólico de apossar-se dos domínios da agressividade do capital e da vigilância do Estado. “Ao assumir e ocupar o espaço urbano, os cidadãos reivindicam sua própria cidade, uma cidade da qual foram expulsos pela especulação imobiliária e pela burocracia municipal” (CASTELLS, 2013, p.19).

Nessa perspectiva, Castells (2013) enfatiza que o papel da ocupação do ambiente público vai ainda no sentido de criar a sensação de proximidade entre os que ali estão, posto que perceber-se acolhido dentro de uma comunidade constitui um “mecanismo psicológico fundamental” para sobrepujar o medo que existe em insurgir-se contra a ordem — até porque, as mobilizações de rua são tratadas pelo Estado como caso de polícia, onde a única resposta é a repressão.

A cidade é a forma reificada dessas relações, mas também do amadurecimento das contradições que lhes são próprias. É a unidade de contrários, não apenas pelas profundas desigualdades, mas pela dinâmica da ordem e da explosão. As contradições, na maioria das vezes, explodem, cotidianamente, invisíveis. Bairros e pessoas pobres, assaltos, lixo, doenças, engarrafamentos, drogas, violência, exploração, mercado de coisas e de corpos transformados em coisas. As contradições surgem como grafites que insistem em pintar de cores e beleza a cidade cinza e feia. Estão lá, pulsando, nas veias que correm sob a pele urbana (IASI, 2013, p.41).

As contradições da sociedade capitalista, segundo Mauro Luis Iasi (2013), são vivenciadas pelas pessoas no dia a dia de maneira “serializada”, o que significa dizer que elas podem estar em um mesmo local com o mesmo propósito sem, porém, compor um senso de coletividade, somente um agrupamento de indivíduos mutuamente omissos ao todo em que a vida em sociedade acontece: “Navegamos nas diferentes esferas que compõem a vida de forma fragmentária e superficial, e não como totalidade articulada” (IASI, 2013, p.42).

Inseridos nessa serialidade, a consciência de cada um opera dentro do *senso comum*, que processa as relações sociais como fazendo parte de uma ordem natural que sempre existiu e sempre existirá do modo que se coloca no presente. Como sendo a nossa *realidade*. Ou seja, assimila-se as problemáticas do cotidiano que estão diretamente ligadas ao funcionamento da máquina capitalista como se transcorridas simplesmente porque “a vida é assim”, uma vez que não se consegue descortinar, por exemplo, a conexão que há entre o sucateamento das escolas públicas e o crescimento do sistema privado de educação.

Então, se a realidade que se apresenta para nós é regida pelo capitalismo e pela “forma histórica da sociabilidade burguesa”, e se a consciência das pessoas serializadas está condensada no senso comum que apreende essa realidade como sendo a vida nela mesma, ao invés de um modelo específico de como vivê-la — o modelo capitalista —, é quando defrontadas com as contradições dessa vida que essas pessoas sentem ferver em si o incômodo que na maioria das vezes não sabem nomear. E tal incômodo é causado justamente pela *impossibilidade do real* que mencionamos anteriormente. É a impossibilidade de sustentar a realidade projetada pelo capitalismo que produz a indignação que posteriormente poderá (ou não) ser elevada a uma manifestação pública desse sentimento, mesmo que não se

tenha compreensão disso, pelo impulso do que Vladimir Safatle (2012, p.764) chama da “força produtiva do desencanto”: essa sensação de que há algo de errado com a vida no presente, permeada pela impotência de se alterar esse quadro no futuro. É isso a **mão invisível** que empurra as pessoas para as ruas.

Mas, fato é que a *ordem* está aparelhada envolta dessa impossibilidade de maneira a manter o cidadão resignado em sua contrariedade, fazendo-o pensar que a única solução viável para lidar com o incômodo é adaptar-se à realidade apresentada, já que é a única existente. E, conforme Iasi (2013), a responsável por mediar essa adaptação é a *ideologia* — aqui empregada em sua conceituação marxista —, que age sobre a consciência do indivíduo inculcando nela justificativas que naturalizam a versão da realidade que se expressa no arranjo do capitalismo e viabilizam que apareça para o senso comum como algo inelutável.

Quando nos chocamos com as contradições da vida e o desejo explode em nós, a ordem nos responde: “caiam na real”. Ao tomar o ônibus e perceber que a passagem aumentou, o indivíduo serializado pode reagir de duas formas: aceitar, porque “a vida é assim, fazer o quê?”, ou reclamar, pois “a vida não deveria ser assim” — e pagar (IASI, 2013, p.43).

As relações sociais de produção e a dominação de classe, ao se constituírem enquanto ideologia, agem sobre tais relações, elaborando para a consciência imediata o real como real. Adaptado ou revoltado, o indivíduo serializado segue sua vida subsumido ao real. A ideologia é a forma da subjetividade que permite dar sentido a essa subordinação (IASI, 2013, p.44).

Não obstante, há alguns de nós que já vivem conscientes dessa impossibilidade, pois aprenderam a enxergar as estruturas plantadas pela ideologia no nosso modo de encarar o mundo, e conseguem identificar a atuação do senso comum em nossas consciências. São aqueles que estão organizados nos partidos de esquerda, nos sindicatos, nos movimentos sociais, ou simplesmente se posicionam de acordo com essas iniciativas no dia-a-dia.

O indivíduo serializado, por sua vez, pode vir a ser confrontado por determinadas conjunções em que a opção de adaptar-se ao real não é aceitável. É quando a carapaça do senso comum atinge um acúmulo de brechas, que acabam por permitir que a impossibilidade do real seja sentida ela mesma como impossível de ser levada adiante; é “quando um acontecimento sintético revela a impossibilidade de mudar como impossibilidade de viver”, como descreveu Sartre (1960, p.14, apud IASI, 2013, p.45). A necessidade de se conformar com o status quo e de se submeter ao establishment em contradição com a ânsia por mudança advinda da experiência material. E é nessa situação que a “consciência política rebelde, órfã dos aparatos e desconfiada da política institucional, emerge atualmente em manifestações de rebelião, muitas vezes espontâneas” (CARNEIRO, 2012, p.145). O que, contudo, não significa dizer que explosões contra a impossibilidade da realidade capitalista contêm o

discernimento de que é contra isso que se colocam. Pronunciam, sim, uma crítica e uma recusa ao sistema, mas não se fundam em uma compreensão acerca de seu funcionamento que propicie a sua rejeição definitiva.

Os novos movimentos sociais, a princípio, não incorporam utopias grandiosas de emancipação social que exijam clareza político-ideológica. [...] Como indignados, eles fazem, mas não o sabem (como diria Marx). No plano contingente, efetuam uma crítica radical do capitalismo como modo de produção da vida social. Mas não podemos considerá-los, a rigor, movimentos sociais anticapitalistas. Na verdade, o que predomina entre os manifestantes é um modo de consciência contingente capaz de expor, com indignação moral, as misérias do sistema sociometabólico do capital, mas sem identificar suas causalidades histórico-estruturais (o que não significa que não haja os mais diversos espectros de ativistas anticapitalistas) (ALVES, 2012, p.507).

1.3 A falsa potência das lacunas

Um aspecto que chama atenção nas manifestações de rua no século XXI — em verdade, uma de suas principais características —, e um motivo que levou-nos a debruçar sobre o tema, é, pontualmente, a crescente dificuldade de precisar a composição da multidão quanto à sua consciência. Ao contrário dos exemplos que temos na história das lutas sociais no século XX, que estavam inseridas dentro de um espectro ideológico claramente delimitado, o que mais observamos agora, mormente na década de 2010, são demonstrações políticas que, frequentemente, porém, não podem ser lidas como sendo de fato politizadas em sua integralidade.

Com efeito, o que tem se mostrado nas ruas nos últimos anos é uma atitude que poderia ser lida como antipolítica, tendo em vista a grande rejeição a qualquer tipo de liderança oficial e uma verdadeira aversão a identificações partidárias, mas que é melhor compreendida e explicada pelo conceito de *pós-política*, como descrito pela socióloga Sabrina Fernandes (2019, p.216):

A pós-política é um tipo de despolitização que age no campo do senso comum como uma forma de pós-ideologia, na qual assuntos relacionados a *status* político, social e econômico são efetivamente gerenciados. Esse gerenciamento dá a impressão de que não há luta ou disputa de projeto a ser feita. Isso quer dizer que a disputa influenciada diretamente por posições ideológicas é rejeitada; ou seja, o fazer da política torna-se subordinado a uma presumida imparcialidade atribuída à tecnocracia e aos especialistas esclarecidos.

E tal noção, de que as visões e questões ideológicas convencionalmente incorporadas pelas estruturas partidárias devem ser deixadas para trás para serem substituídas pelo conhecimento de tecnocratas (como economistas), é, ao mesmo tempo, consequência e causa de uma crise de confiança no processo político tal qual está disposto hoje. Por este ângulo,

então, não seria uma amplificação afirmar que o caso do Occupy Wall Street foi um sinal observável do panorama sintomático da debilidade do modelo democrático contemporâneo, empenhado em operar sob a concepção do capitalismo global pós-moderno gerenciado pela receita neoliberalista. Visto que, o movimento,

[...] implica duas ideias básicas: (1) o descontentamento com o capitalismo *enquanto sistema* (o problema é o sistema capitalista como tal, não sua corrupção particular); (2) a percepção de que a forma institucionalizada da democracia representativa multipartidária não é suficiente para combater os excessos capitalistas, isto é, a democracia precisa ser reinventada (ŽIŽEK, 2012, p.1946, grifo do autor).

O triste fato de que uma oposição ao sistema não possa se articular na forma de uma alternativa realista, ou pelo menos de um projeto utópico significativo, mas somente na forma de uma explosão sem sentido, é uma acusação grave à nossa condição. De que serve nossa famosa liberdade de escolha quando a única escolha que temos é entre as regras e a violência (auto)destrutiva? (ŽIŽEK, 2012, p.1211).

As análises do Occupy permitem apontar que o que propiciou o alto grau de receptividade do movimento e o tornou cativante para os participantes, foi propriamente o fato de não estar posicionado em nenhuma área específica do campo político, mantendo, dessa forma, uma abertura à propostas de qualquer natureza. O resultado disso é que concebe-se uma ação que é “grande e forte porque une indignação e sonhos, ao mesmo tempo que evita a política tal como usualmente praticada”, e que precisamente aí é onde reside “sua força e sua fraqueza” (CASTELLS, 2013, p.150). Esta alegação fica evidente quando se descobre que os esforços do movimento não lograram nenhuma resposta à sua única demanda, de encerrar a ligação entre Washington e Wall Street.

De fato, manifestações com tamanho potencial de alcance não necessariamente se alastram por serem bem elaboradas politicamente, posto que antes reagem mais com o plano das emoções das pessoas do que com o da razão — lembrando que manifestações populares são, a princípio, emocionais. A fagulha vai incendiar a pradaria no instante em que a emoção se tornar ação, e esta pode proceder sem um programa que a conduza. O desejável é que uma organização nesse sentido venha a ser empreendida posteriormente para moldar o impulso emocional inicial em uma agenda que efetivamente busque tecer soluções para os problemas que originaram o protesto. Do contrário, as motivações e o fervor dos manifestantes podem tão somente ficar resumidos aquele evento, e, isto, por si só, é incapaz de dar passos para frente.

O que sucedeu no exemplo do Occupy Wall Street, foi, justamente, que, ao invés de elaborar exigências claras e direcionadas que fossem passíveis de negociação com o governo, deixaram-se cair no poço da crítica generalizada, apontando para tudo e coisa nenhuma ao

mesmo tempo. Acreditaram que o processo de ocupação já era, em si e por si, mensagem o suficiente, quando sabemos que, para que se possa começar a querer alcançar as mudanças de que se necessita, dentro da estrutura estatal de que se dispõe, é preciso ter definidos alguns objetivos que sejam executáveis a curto prazo.¹⁵ Sem a formulação de alternativas — e respondendo a pergunta que abre o presente capítulo —, a indignação sozinha jamais poderá se tornar revolução.

[...] um dos grandes perigos enfrentados pelos manifestantes: o perigo de se apaixonar por si próprios, pelos momentos agradáveis que estão passando nos lugares "ocupados". Carnavais costumam muito pouco - o verdadeiro teste de valor é o que permanece no dia seguinte, ou como nossa vida cotidiana normal é modificada. Os manifestantes deveriam se apaixonar pelo trabalho duro e paciente; eles são o início, não o fim, e sua mensagem básica é: o tabu já foi rompido, não vivemos no melhor mundo possível, temos a permissão, e a obrigação até, de pensar em alternativas (ŽIŽEK, 2012, p.1713).

Sob essa óptica, assinala-se os dois perigos carregados por esses protestos sem pauta, que nos parecem ser substanciais para a sua análise: o primeiro, como colocado acima, é que irrefletidamente se afastam de conseguir transformar seu ímpeto em resultados; e o segundo, o mais grave, é que ficam à mercê da apropriação de certos grupos interessados em manipular o furor alimentado pela multidão a serviço de suas próprias agendas.

1.4 Perigos em potencial

Não há dúvida de que manifestações populares são fascinantes pelo seu potencial. Um potencial que, por ter-nos acostumado a pensar esses atos como sendo característicos de consciências à esquerda do espectro ideológico, dado, novamente, o histórico das lutas sociais que inundaram o século passado, imediatamente ligamos ao ensejo de concretização de uma metamorfose política-social que rompa com as misérias do capitalismo neoliberal.

Noção que está bem clara em certos trabalhos que foram desenvolvidos ainda em 2011 sobre os acontecimentos daquele ano, como evidencia a leitura feita pelo sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein (2012) de que o conjunto de eventos composto pelo Occupy Wall Street, pela Primavera Árabe e pelos Indignados da Espanha atuou verdadeiramente no sentido de conseguir colocar o discurso político mundial em um caminho que o distanciaria cada vez mais da ideologia neoliberalista. Enxergou-se a janela de oportunidade aberta por essas demonstrações de desobediência civil como uma fenda que

¹⁵Todavia, deve-se ter o cuidado de entender que fazer uma afirmação nesse sentido não é o mesmo que dizer que eventos de desobediência pouco organizados politicamente são despidos de implicações subsequentes, como será discutido no próximo capítulo.

permitiu vislumbrar de maneira decisiva a sonhada virada à esquerda. Pareceu que se perdeu de vista que “mais do que saber se o potencial existe, o importante é que tenhamos capacidade de desenvolvê-lo” (MARTINS, 2013, on-line).

Tanto que, ao mesmo tempo, esses mesmos autores que redigiram uma análise de esperança também atentaram para a consequência de tal atitude: o risco de se perder completamente de vista as batalhas que são travadas clandestinamente do outro lado da arena política pelo controle desse potencial. Daí a assertividade denotada por nomes como Tariq Ali (2012) e Slavoj Žižek (2012), ao destacar que, por mais que não se saiba *o que* se deseja, é imprescindível saber o que *não* se deseja, saber contra o que e contra quem se luta. Ou, aceita-se o risco de que forças ocultas o definam, permitindo, assim, que um momento de contrapoder seja convertido em suporte para direcionar grupos totalmente diversos a este mesmo poder contra o qual o protesto estava posicionado a princípio. E Wallerstein (2012), por sua vez, igualmente não esqueceu de acrescentar ao seu estudo essa indispensável ressalva, com o alerta de que a esquerda mundial não teria probabilidade de assumir a mediação do extenso potencial fabricado por 2011 a menos que conseguisse transmutar a energia discursiva das manifestações em reformas políticas de fato.

Incluído nessa perspectiva o agravante do já citado caráter pós-político desses protestos sem mediação que subiram ao palco na segunda década do século XXI, posto que dá a abertura necessária para a cooptação do potencial pelas direitas e pelos interesses burgueses. E isto, muito a partir do modelo de atuação *outsider*, termo que é utilizado por vários estudiosos para descrever as lideranças que se alimentam da pós-política e do antipartidarismo, principalmente nos casos em que a escolha da corrupção como mãe de todos os males age de maneira a descredibilizar os agrupamentos partidários como sendo irremediavelmente corrompidos e incapazes de gerir o governo (TELLES, 2019, p.76). Esses outsiders se apresentam como não-políticos, como anti sistema, e utilizam a polarização como ferramenta propulsora, montando um cenário em que a solução mágica para todos os problemas é o “nós” dizimar os “outros”. O que funciona precisamente bem porque, na pós-política tecnocrata, “a única coisa que nunca pode ser debatida ou discutida abertamente é a verdadeira natureza da guerra de classes” (HARVEY, 2012, p.870).

De toda forma, a única indiscutível certeza que se podia ter no calor dos acontecimentos em 2011 era a de que a dinâmica política global sairia daquele episódio em uma configuração absolutamente distinta, em face do cenário de esgotamento das estruturas tal como estavam organizadas. A dúvida era qual seriam os moldes dessa nova configuração.

Perguntava-se quem seria o agenciador dessa remodelação, já que, se para os manifestantes, “toda a classe política, direita e esquerda, é considerada corrupta e controlada pela cobiça do poder, o manifesto faz uma série de demandas dirigidas a... quem?” (ŽIŽEK, 2012, p.1758)

A resposta, pelo menos para o Ocidente, veio alguns anos depois, e, no caso dos Estados Unidos, exibiu a derrota do sonho anticapitalista com a vitória da democracia burguesa-empresarial sob a figura de Donald John Trump, candidato republicano de extrema-direita eleito à presidência em 2016 sob o modus operandi outsider.

Sinal dos tempos, ou apenas o retrato do fracasso de uma esquerda que não consegue alcançar uma unidade transformadora a nível revolucionário — ou que parece ter simplesmente se retirado da luta, entregando-se à táticas de conciliação de classes —, na esteira das rachaduras de hegemonia produzidas por manifestações populares no século XXI será examinado a seguir o caso que é o verdadeiro foco deste trabalho: as Jornadas de Junho, como ficaram conhecidas a série de manifestações ocorridas no Brasil no ano de 2013.

CAPÍTULO II

O ano que não terminou¹⁶

“Uma vez posto em marcha, um movimento horizontal, sem lideranças claras, tem suas delícias — assim como as tem um rio difícil de controlar — e suas dores — assim como as tem um rio difícil de controlar.”

Leonardo Sakamoto

O que resulta depois que uma manifestação acaba?

Após cessado o furor do momento de revolta, o que fica?

Conforme o exposto até este ponto no presente trabalho, temos a compreensão de que demonstrações populares de insatisfação ou raiva contra os governos não operam simplesmente *em si* mesmas, nem, muito menos, *por si* mesmas. Já sabemos a problemática que existe no ato de ir para a rua meramente “por ocupar, sem bandeiras, por amor, porque a cidade é nossa”, concebendo a manifestação como “uma forma de terapia: faz bem, é gostoso, alivia frustrações etc”. Muitas pessoas podem pensar que “ela é democrática, logo, vale por si mesma” (VIANA, 2013, on-line).

A ocupação coletiva do espaço público pelos corpos de uma multidão indignada é, sim, imbuída de uma potência irrefutável, mas, o potencial disso, por sua vez, não é necessariamente passível de ser demarcado com precisão, como explicitamos no capítulo anterior. Na maioria dos casos, esse potencial não chega sequer a ser desenvolvido: nasce e morre ali mesmo, nas ruas. Quando se trata de protestos com grande alcance de comoção, porém, consegue-se verificar o que se foi feito do potencial desse instante de insubordinação observando-se seus resultados (ou a falta deles) e as maneiras como suas leituras e significações se desdobraram nos diferentes âmbitos da opinião pública e da vida em sociedade.

No intento de apreender o que sobrevém às manifestações populares no contexto dos perigos da ausência de uma agenda objetiva de demandas, tratar do que ficou conhecido como as Jornadas de Junho de 2013, no Brasil, e, mais ainda, do que foi feito do potencial ali aberto, é somar-se a um mar de vozes intelectuais que vêm, continuamente, desde o instante mesmo em que a chama dos acontecimentos foi acesa, se dedicando ao esforço de tentar

¹⁶Título inspirado no livro *1968: o ano que não terminou*, de Zuenir Ventura, mas, aqui, não há relação alguma com o seu significado original. Apenas no sentido de que falamos de 2013 como um ano que não terminou, visto que o consideramos o início de um processo que vai continuar pelos anos seguintes.

compreender o que, de fato, se passou naquele momento. Continuamente, primeiro, porque a dimensão da agitação vista naquele ano, sem precedentes desde as Diretas Já¹⁷ ocorridas no período de redemocratização do país, tomou tanto a elite midiática como todos os lados da dinâmica partidária brasileira de surpresa. Em especial, a esquerda, que assistiu perplexa¹⁸ àquela que por um instante pareceu a sonhada união do povo trabalhador contra o establishment; e espontânea, ainda por cima. Segundo, porque junho de 2013 acabou se sedimentando como um objeto que permanece em movimento, cujo desenrolar segue se apresentando de forma gradativa na conjuntura política e social do país.

Mas, afinal, o que transcorreu no mês junho do ano de 2013 no Brasil?

2.1 A jornada posta em marcha

O início desse episódio da nossa história recente é de conhecimento geral: um anúncio de reajuste no preço das passagens de ônibus, metrô e trens na cidade de São Paulo, que passariam de R\$3,00 para R\$3,20, e a replicação da medida em outras cidades, provocou a reação imediata da população. Sob o chamado do Movimento Passe Livre (MPL)¹⁹, protestos pela revogação do aumento foram iniciados em São Paulo no dia 6 de junho, e se alastraram pelo país no decorrer dos dias seguintes, concomitantemente ao começo da cobertura pela velha mídia. Isto, tendo em vista que, além do fato de que nada acontece sem o envolvimento desta, movimentações como a levantada pelo MPL ainda requerem a centralidade detida pela rede televisiva para conseguir se fazer visíveis e alcançar o grande público. Mesmo que as conexões que deflagram essas manifestações protagonizadas pela juventude, na segunda década do século XXI, se deem pelas redes virtuais, a televisão ainda conserva o posto de ser o espaço por excelência onde se decide o que é ou não importante para ser levado à atenção da opinião pública.

Vinte centavos. Um valor que, à primeira vista, pode parecer irrisório para suscitar uma onda tão extensa de fúria como a que se viu, mas que, mesmo antes de examinarmos o

¹⁷Movimento civil ocorrido no cenário do final da ditadura burguesa-militar do Brasil, entre 1983 e 1984, que reivindicava que as eleições para a presidência da República fossem decididas pelo voto direto dos cidadãos.

¹⁸Perplexidade era, com efeito, a palavra que estava na ordem do dia ao se tentar debater os protestos de 2013 no calor dos acontecimentos. Cf: Caio Martins, *O povo nos acordou? A perplexidade da esquerda frente às revoltas* (<<https://passapalavra.info/2013/06/79837/>>; acesso em: setembro de 2019). Paulo Arantes, para Ivan Marsiguilia, *O futuro que passou* (<<https://www.estadao.com.br/noticias/geral,o-futuro-que-passou,1045705>>; acesso em: setembro de 2019).

¹⁹Como consta no site do próprio, o Movimento Passe Livre é “um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente”, que atua desde 2005 na luta por um transporte verdadeiramente público, que seja gratuito e de gestão federal, ao invés de privado.

quadro geral do país e entendermos que, naquele momento, a questão da passagem funcionou apenas como “a gota d’água” para o brasileiro, se justifica como causa de revolta — não que se precise justificar a indignação do povo — quando nos voltamos ligeiramente para a problemática do direito à cidade. O que vai, também, de encontro à atitude de ocupar o espaço público em situações de protesto.

À esse respeito, constatamos, no Brasil, uma lógica militarizada de vigilância e repressão operando sobre a vida nas cidades, reservada sobretudo às regiões periféricas, funcionando em conjunto com uma gritante segregação urbana que mais se assemelha a um verdadeiro projeto para manter as parcelas “indesejadas” da população afastadas dos centros — exceto quando é para servir de alimento à máquina capitalista. Uma realidade que faz o passado da esquerda brasileira, no tocante a sua atuação durante o período de redemocratização, parecer apenas um sonho, quando alguns partidos se preocupavam em fazer um trabalho de base social para manter a ponte com a população.

[...] do binômio matricial industrialização-urbanização no capitalismo periférico e escravocrata brasileiro não saiu um pacto redistributivo entre capital e trabalho, com integração social pela via dos direitos, tampouco uma reforma urbana que revertesse a secular expropriação e segregação socioespacial (BRITO; OLIVEIRA, 2013, p.69).

[...] o teor explosivo das mobilizações apontava para as contradições que o produziam, imbricadas no sistema de transporte coletivo, ponto nodal na estrutura social urbana. O acesso do trabalhador à riqueza do espaço urbano, que é produto do seu próprio trabalho, está invariavelmente condicionado ao uso do transporte coletivo. As catracas do transporte são uma barreira física que discrimina, segundo o critério da concentração de renda, aqueles que podem circular pela cidade daqueles condenados à exclusão urbana. Para a maior parte da população explorada nos ônibus, o dinheiro para a condução não é suficiente para pagar mais do que as viagens entre a casa, na periferia, e o trabalho, no centro. A circulação do trabalhador é limitada, portanto, à sua condição de mercadoria, de força de trabalho (MOVIMENTO, 2013, p.15).

Quando o assunto é mobilidade urbana, não é novidade que as políticas dessa matéria se concentram em garantir subsídios para a circulação de automóveis particulares e deixam o transporte coletivo relegado ao sucateamento das empresas privadas que o controlam. Quando são feitas aplicações de verba para modificar a paisagem urbana com obras de viadutos e túneis, por exemplo, o que se tem em vista não é a melhoria da locomoção, mas os interesses do mercado imobiliário. De fato, a pauta da mobilidade urbana é tão precária que parte da vida da população que se utiliza de meios públicos de transporte é passada dentro deles, ou esperando por eles nos pontos de embarque, tão infrutíferos são esses investimentos no que concerne a realmente surtir algum efeito positivo no dia a dia das pessoas (MARICATO, 2013). Logo, é claro que um ajuste para mais no preço das passagens causa indignação. Como

achar banal ter que pagar mais caro por um serviço que, além de ser de má qualidade em inúmeros lugares, ainda é contraproducente para a rotina cotidiana?

Não se pode, então, querer apagar da raiz das Jornadas de Junho a condição das cidades brasileiras, que reflete uma realidade histórica de uma verdadeira imobilidade e marginalização dos grupos despossuídos da sociedade, mesmo que as manifestações tenham seguido caminhos diversos. Prova disso é que o assunto das despesas com a construção de estádios e as modificações — ou seria mais exato falar de expropriações? — na disposição urbana para a Copa do Mundo de 2014 também foi avistado nos cartazes dos manifestantes. Com efeito, “pelo tênue fio da tarifa é todo o sistema que desaba, do valor da força de trabalho a caminho de seu local de exploração à violência da cidade segregada” (ARANTES, 2013, on-line).

Dito isto, após os protestos iniciais, no dia 17 de junho de 2013, foram doze as capitais brasileiras que registraram grande atividade de manifestantes, junto de várias outras cidades — foi nesse dia, inclusive, que se testemunhou a cena emblemática da ocupação não apenas dos arredores, mas, também, do teto do Congresso Nacional em Brasília. Acontece que, à essa altura, a revolta que havia rompido dado o aumento de vinte centavos já tinha tomado rumos múltiplos, e as pessoas nas ruas já entoavam que “não era só por vinte centavos” que estavam ali. E é por isso que afirmamos que somente o início de todo esse episódio é de conhecimento geral, pois, após o levante logrado pelo MPL ter conquistado uma adesão extraordinária, de maneira difusa, houve uma afluência de pautas inteiramente desviantes daquela que era o objetivo primeiro dos protestos: quando se parou para absorver o que estava acontecendo, os cartazes empunhados pelos manifestantes passeavam ininterruptamente pelas mídias comunicando um repúdio agora generalizado que abrangia problemas nos serviços públicos (educação, saúde e segurança), a corrupção do governo e, até, como dito anteriormente, os custos com a Copa do Mundo a ser realizada no ano seguinte. Um rompante que muito se assemelha ao alçapão do exigir-se tudo e nada ao mesmo tempo em que caiu o Occupy Wall Street.

Assim, “podemos pensar essas manifestações como um terremoto [...] que perturbou a ordem de um país que parecia viver uma espécie de vertigem benfazeja de prosperidade e paz, e fez emergir não uma, mas uma infinidade de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos” (ROLNIK, 2013, p.8). Tanto que os olhares que hoje se lançam de volta para Junho de 2013 o enxergam propriamente através de uma confusão complexa e contraditória,

ainda que, contudo, de uma inegável substancialidade para o entendimento do quadro que está posto no Brasil neste ano de 2020.

[...] Junho de 2013 ainda é o evento fundamental para todas as hipóteses e análises
 [...] Mesmo para quem não o estuda, Junho é, de certa maneira, um ponto de partida.
 [...] Junho é controverso. Seu impacto e importância sobre a sociedade e história brasileira recentes são inegáveis, mas os diferentes significados dados a esses aspectos variam de acordo com a leitura dos anos anteriores, os próximos anos e o estado da esquerda brasileira como um todo (FERNANDES, 2019, p.20).

2.2 Multidão caleidoscópica

Cientes da relativa variedade de análises a respeito dos significados das Jornadas de Junho, nos baseamos, particularmente, neste estudo, na leitura feita pela socióloga Sabrina Fernandes (2019, p.92), que reconhece o teor caótico e confuso das manifestações de Junho como resultado de décadas de uma política sectária, proselitista e cativa dos núcleos partidários tradicionais, e do abandono da esquerda institucionalizada, que deu à luz um tipo de sujeito político absorto das relações antagônicas que permeiam a sociedade brasileira e fechado com uma ideia moralista da existência de “um mal geral corporificado em muitas coisas e fatores: o Estado, o fiasco da política representativa, a corrupção e o PT”. Um sujeito que, ao se colocar na rua na aspiração de confrontar tudo isso, tanto carregou quanto ficou à mercê de uma despolitização descontrolada que vinha se processando no Brasil há anos — esta, aqui admitida como produto da estratégia moderada do ciclo de governos do Partido dos Trabalhadores (PT), que optou por abandonar suas raízes transformadoras de esquerda por um caminho de conciliação com a burguesia no eixo do poder, tática que “desarmou a classe trabalhadora e sacrificou sua independência pela escolha de uma governabilidade de cúpula na qual a ação política organizada de classe jamais foi convocada” (IASI, 2013, p.46). Mas, discutiremos melhor este ponto específico mais adiante.

Trabalhamos, então, consoante à Fernandes (2019), com a compreensão de que o que se testemunhou em Junho não foi *uma* multidão tomando as ruas do país, mas *várias* multidões, desconectadas entre si, e constituindo diferentes momentos de Junho, mesmo que, às vezes, ocupando simultaneamente o mesmo espaço. Tal especificação de que o que havia ali era uma pluralidade disfarçada de unidade se faz indispensável, visto que o termo mesmo *multidão* transmite uma ideia de unanimidade, o que não pode estar mais distante da composição das manifestações de 2013. As vozes que esbravejavam nas ruas não eram uníssonas, e, justamente por isso, segue-se há sete anos numa batalha para interpretá-las.

A guerra travada pela redução das tarifas parece ter devolvido às ruas embates e contradições que, desde a solidificação dos mecanismos de conciliação inaugurados pela era PT, eram canalizadas para o interior dos palácios e, por isso, tendiam para a anulação. Uma fissura? Ocorre que, nesse processo, não são apenas as forças de esquerda as únicas a serem liberadas (BARRAMOS!, 2013, on-line).

Dentro dessa percepção, o emprego da tabela *Momentos da multidão de Junho de 2013* elaborada por Fernandes (2019) para divisar quais multidões díspares foram essas, é essencial para este estudo²⁰, no que diz respeito ao entendimento de que, posteriormente, essa desagregação de Junho funcionou como um vazio que viabilizou a abertura de um processo de deslocamento nos caminhos políticos do Brasil. Isto, após se metamorfosear de uma revolta à esquerda, com o MPL encabeçando a briga pela revogação do aumento da tarifa, em uma crítica generalizada e desabastecida de mediação que acabou sendo povoada por clamores que, mais tarde, flertarão como um protofascismo, protagonizados em muito graças ao estímulo de certos perfis nas redes sociais, como o Vem Pra Rua, o Revoltados On-line e o Movimento Brasil Livre (MBL)²¹ — este último, nascido em 2014. Indicativo de que as redes sociais digitais não servem de espaço autonomia apenas para propagar ideias subversivas ao establishment, como dito no capítulo anterior; elas são, também, terreno fértil para a difusão de uma mentalidade conservadora e, muitas vezes, retrógrada.

Tabela - Momentos da multidão de Junho de 2013.

A. Base do MPL + juventude + esquerda radical: aumento de tarifa do transporte público, outras questões de esquerda;
B. (A) + classe média: solidariedade contra a polícia + não apenas os 20 centavos;
C. (B) + massificação da mídia social: crise de representação, cinco causas (segundo Anonymous), anticorrupção, problemas da Copa do Mundo;
D. (C) - (A): verde e amarelo, “meu partido é meu país”, antipartidarismo, antipetismo/antiesquerda; (C) - pós-política (D) - pós-política + euforia → ultrapolítica → tendências fascistas

Extraído de: FERNANDES, 2019.

²⁰Tal especificação descritiva desses diferentes “momentos de multidão” de Fernandes (2019) serve, em muito, de auxílio para descrever textualmente esse deslocamento paulatino que foi verificado a partir da análise dos cartazes empunhados por manifestantes não apenas em Junho, mas, também, nos protestos distintos inseridos ao longo do nosso recorte temporal (2013-2016), como será observado no próximo capítulo deste trabalho.

²¹Grupos que conseguiram se colocar em evidência naquele momento atuando em uma linha moralista de postagens especializadas em destacar casos de corrupção, demonizando toda a classe política, mas, principalmente, o PT e seus membros. Posteriormente, esses perfis — o MBL agora sendo o carro-chefe — terão grande participação tanto na disseminação de pensamentos que colocavam em dúvida a confiabilidade das urnas eletrônicas durante o processo eleitoral de 2014 que reelegeu a candidata do PT, Dilma Rousseff, para a presidência, quanto na instigação dos clamores de impeachment da mesma.

Faz-se fundamental, todavia, explicar que a divisão desses “momentos da multidão”, conforme descritos na tabela, não significam delimitações temporais para cada um deles. Nossa pesquisa evidenciou, pela análise dos cartazes, que esses momentos podem ser observados simultaneamente, e completamente fora da ordem (A)/(B)/(C)/(D) elencada. Sendo assim, tal sequenciação serve de apoio apenas a nível de auxiliar-nos a nomear o que foi visualizado, sobretudo porque a tabela foi elaborada por Fernandes (2019) unicamente para tratar de junho de 2013, o que não contempla a totalidade do recorte aqui proposto. E além disso, porque (D) somente se firma como etapa “final” do deslocamento discursivo-ideológico à medida em que transcende Junho, onde se apresenta ainda incipiente, e é perpetrado por 2014, 2015 e 2016.

2.3 Esvaziamento progressivo

Antes de mais nada, não seria cabível explicar as Jornadas de Junho simplesmente como um protesto sem pauta em sua integralidade, e que, por isso, estava à mercê dos perigos de que falamos no primeiro capítulo deste trabalho. Pois, podemos dizer que Junho teve, sim, ao menos seu início guiado por uma agenda. Com o Movimento Passe Livre convocando essa agitação inicial (A), foi orientada uma mobilização com o objetivo de pressionar o governo de São Paulo — à época, sob a direção de Geraldo Alckmin a nível estadual e, de Fernando Haddad, na prefeitura da capital — a voltar atrás quanto ao ajuste do preço da passagem. Os primeiros protestos, que realmente enunciavam a questão do transporte público como central, ainda que outras questões ligadas à pautas de esquerda estivessem sendo apontadas pelos manifestantes, tiveram sua demanda atendida ao fim daquele mês: no dia 20 de junho, Alckmin e Haddad foram a público para anunciar que, após negociações com o governo federal, o aumento estava revogado. Porém, muito antes disso essa pauta concreta já havia sido esvaziada pela cacofonia de demandas genéricas que sobrepujaram e, verdadeiramente, engoliram a questão do aumento da tarifa. Foi o desvio dessa pauta como sendo o objetivo claro, direcionado, e, mais ainda, atingível, das manifestações, que criou um vácuo no potencial de Junho e permitiu que este fosse apropriado de maneira completamente remodelada.

Por conseguinte, se o governo acreditava que, com o recuo do ajuste, as pessoas se dariam por satisfeitas e as manifestações encontrariam motivo para se encerrar, estava profundamente enganado. Como explicitado anteriormente, à essa altura, havia semanas que

as pautas que os protestantes levavam para as ruas já envolviam queixas muito além do problema do aumento passagem, e parecia haver um sentimento de que, se já estavam ali, então, não era hora de parar.

Não é possível apontar exatamente uma data que delimita o momento em que a multidão (A) se transformou em (B), mas quando as mensagens nos cartazes passam a exibir a hoje famosa frase “não é só por 20 centavos”, podemos considerar aí a confirmação literal de esvaziamento da pauta que levou (A) para as ruas — incentivado pela cobertura televisiva que “orientava” o senso comum para que o novo foco se voltasse para tudo o mais que havia de errado com o governo, numa narrativa que colocava as manifestações como um fim em si mesmas. Essa perda de uma única causa em foco, mesmo antes da revogação do aumento da passagem, o abandono de uma agenda objetiva que guiasse os protestos na direção de resultados concretos, caracteriza a concessão para as variações sem controle do momento (D), uma transição não mais delimitável dentro de Junho do que a primeira. Mas (D) só poderá ser constatado como ponto sólido de repercussão incessante, conforme afirmamos anteriormente, a partir de 2014.

Quando Fernandes (2019) classifica em (B) a entrada da classe média na situação junto da solidariedade contra a violência policial que a multidão (A) estava sofrendo, temos nessa violência um indicativo claro da anteriormente citada perplexidade da esquerda institucional e um sintoma do seu total desconhecimento da linguagem falada pelos manifestantes. Não é difícil compreender por que esse lado do campo político foi o que se sentiu mais abalado pela surpresa da explosão de Junho, e teve grandes dificuldades para tentar entender e responder ao que estava acontecendo, e que, a resposta, quando veio, foi a repressão.

2.4 A ponte quebrada do socialismo burguês

Burocratizada, subserviente ao capital, desarticulada dos movimentos sociais de base... Após uma década ocupando o poder, a esquerda brasileira, encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores, se transformou realmente no Poder, agregada a partidos de centro — que não esporadicamente pendem para a direita —, como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e distanciada e alheia ao povo. Ao optar por uma política moderada e de cúpula, buscando conciliar seu discurso original das causas sociais com a lógica do mercado — e dando vazão à inúmeras contradições na ordem da impossibilidade do real —, o PT

deixou de lado os ideais anticapitalistas fundantes de esquerda, ideais de redistribuição de riqueza, e se agarrou a mecanismos paliativos para tão somente gerir a pobreza. Isso tudo, sem nunca abrir mão do uso do aparato da Polícia Militar para reprimir a população favelada. Uma postura que Marx e Engels descrevem no Manifesto Comunista como sendo um tipo de “socialismo burguês”, que

[...] tenta tirar da classe operária o gosto por todo movimento revolucionário, afirmando que o que lhe pode ser útil não é tal ou qual mudança política, mas somente uma mudança das condições materiais de vida, das condições econômicas. Por mudança das condições materiais de vida, esse socialismo não entende, de modo algum, a abolição das relações burguesas de produção, só possível por via revolucionária, mas melhoras administrativas a serem realizadas no âmbito das mesmas relações de produção; que, portanto, não mudam nada na relação entre capital e trabalho assalariado e, quando muito, diminuem os custos da dominação para a burguesia e simplificam o trabalho administrativo de seu Estado (MARX; ENGELS, 2008, p.56).

O que estamos dizendo, aqui, não é que o ciclo de governos do PT na presidência da República não resultou em melhorias de vida para uma parte bastante significativa dos brasileiros, mas, sim, que a estratégia de abandonar a dita utopia característica da linha ideológica de esquerda para se acomodar na conciliação com a burguesia, não apenas desorganizou a classe trabalhadora como permitiu que a sua própria consciência como classe fosse fragmentada. Não há objeção quanto ao fato de que, a nível de políticas sociais, o PT conseguiu, em suas gestões, implementar diversos programas de auxílio, tirar inúmeras pessoas da faixa da extrema-pobreza, permitiu que várias outras tivessem acesso à educação superior e gerou muitos empregos. Contudo, não se pode querer enxergar em todas as políticas aplicadas pelo partido um carimbo de esquerda que não está lá. O teto salarial desses empregos gerados nunca ou raramente ultrapassou dois salários mínimos, e considerável parcela das atividades eram de caráter terceirizado e precário, não contribuindo de modo algum para transformações nas relações de trabalho — o processo de “uberização” a que se assiste hoje no Brasil sendo extremamente sintomático disso.²²

[...] o aumento de renda, que possibilita o crescimento do consumo, não “resolve” nem o problema da falta de urbanidade nem a precariedade dos serviços públicos de educação e saúde, muito menos a inexistência total de sistemas integrados eficientes e acessíveis de transporte ou a enorme fragmentação representada pela dualidade da nossa condição urbana (favela *versus* asfalto, legal *versus* ilegal, permanente *versus* provisório) (ROLNIK, 2013, p.9, grifos da autora).

²²Nesse sentido, o historiador Henrique Soares Carneiro (2012, p.152) fala que o que se vê, cada vez mais, com essa linha política que evita rupturas com a estrutura do sistema capitalista, é “uma desregulamentação global e perda de direitos sociais em nome da flexibilização que ampliou a nova camada social precarizada concentrada nos mais jovens”. É a expansão do *precarizado*, formado por esse novo tipo de trabalhador, que dispõe de formação intelectual, porém, é obrigado, pela saturação de um mercado regido por políticas econômicas senis e burguesas, a buscar atividades precarizadas para conseguir se sustentar. Com direitos reduzidos e condições de bem-estar nada amparadas pelo Estado.

Ao se manter no plano da moderação com o capital, movendo-se com práticas claramente neoliberais, e renunciar à atitudes de ruptura, tão necessárias para o progresso social, o Partido dos Trabalhadores ofereceu às camadas baixas um relativo poder aquisitivo em troca de conservá-las absortas do processo político.

Eles apostaram em políticas públicas sociais que provocaram mudanças significativas na vida das classes populares, mas não incluíram politicamente essas classes. O eleitor do PT passou a ser um cliente do governo, um cliente de suas políticas públicas. Uma vez ter-se tornado cliente, o eleitor deixou de ter uma relação política com a política e isso foi marcante quando não se via nas manifestações nenhuma posição explícita de apoio ao governo e/ou ao partido (PINTO, 2017, p.142).

E, assim, não só perdeu a ponte de identificação com o povo, como, também, atuou no deslocamento da percepção popular para um lugar mais receptivo à ideologia de direita, o que propiciou que as Jornadas de Junho servissem de palco para um espírito reacionário que delas se alimentou para ganhar força e tamanho.

Em 2013, a popularidade da Presidenta Dilma caiu de 65% de ótimo e bom em março, mês do início das manifestações, para 30% em junho. De julho de 2013 a dezembro de 2014, a popularidade não oscilou abruptamente, ficando sempre entre 30% e 40% (fonte: <<http://datafolha.folha.uol.com.br>>; acesso em: 20 jan. 2016). Esses são dados importantes a considerar, mostram que as manifestações ocorreram não porque havia um governo com baixa popularidade, mas o contrário, a baixa popularidade foi consequência das manifestações, ou, melhor ainda, da incapacidade do governo de reagir a elas através de um discurso popular (historicamente o discurso do PT) que desse sentido ao próprio governo (PINTO, 2017, p.137).

Dessa forma, no momento (C) da multidão, que pode ser visto simultâneo a (D), as mensagens exibidas nos cartazes dos manifestantes vão expressar o quadro de crise de representação em que o país estava decisivamente inserido naquele período, com as contradições cotidianas do capitalismo a todo vapor. Tal crise se evidencia em um discurso de rejeição aos políticos, aos partidos e à identificação de posicionamentos dentro do espectro ideológico, um comportamento que, como explicamos no primeiro capítulo deste trabalho, pode até parecer antipolítico, mas que é melhor explicado pelo conceito de pós-política, este “modo de despolitização que descola a realidade material dos projetos e conflitos políticos da sociedade sob a ideia de que é tudo uma questão de gestão e de ética” (FERNANDES, 2019, 94). Despolitização esta que deleta do senso comum toda a complexidade das relações sociais de classe e torna o cenário geral de crise econômica e social um problema do plano da moral, em que a culpa de todos os distúrbios e perturbações da vida em sociedade é da corrupção, o vício por excelência da classe política e tão somente dela.

Foi sob tal perspectiva que gestou-se dentro dos protestos uma crítica generalizada, que culpava de maneira personalista um e outro político, e esse e aquele partido, mas não era

capaz de se direcionar propriamente ao fazer político do sistema simplesmente porque não o enxergava como elemento causador de seu incômodo e, conseqüentemente, não o podia nomear.

Trata-se da falsa bandeira mais útil para a grande mídia por uma razão ideológica: ninguém em sã consciência seria favorável à corrupção, trata-se de uma bandeira imune ao conflito (que é o princípio da política). [...] Por fim, a corrupção é um produto ideológico pronto. Ela aparece como um problema moral, portanto pontual, que toca apenas o poder público, e não tem relação alguma com o assim chamado “livre mercado” (VIANA, 2013, on-line).

Neste ponto, é importante ressaltar o papel que a velha mídia, com o monopólio da televisão como orientadora da opinião pública, teve na fabricação da pauta anticorrupção. Uma pauta artificial, como empregou Silvia Viana (2013, on-line), que funciona como mecanismo de anulação do potencial das manifestações: “‘não são só 20 centavos, não é só o transporte, não é só a copa...’ As negativas crescem até que o protesto pareça um movimento por nada”. A maneira como as grande emissoras mencionavam mas não aprofundavam a questão do aumento da passagem, articulando o que estava acontecendo nas ruas sob uma ótica que dava destaque à discussão da legitimidade das manifestações enquanto aproveitava para sugerir ao público que era oportuno utilizar a já posta presença nas ruas para apontar tudo o mais que havia de errado no país. Sem nunca abrir o debate sobre a problemática do transporte público e do direito à cidade, visto que tal temática não é favorável ao establishment. E isto, tendo como base dessa articulação um discurso de “pacifismo *versus* baderna” que estabelecia uma divisão entre as pessoas que estavam protestando “certo” e, portanto, no seu direito, e aquelas que se aproveitavam do momento para semear a desordem; pois, claro, protestos são completamente aceitos pela ordem desde que não a importunem. Dado que, com a presença da classe média nas ruas, seu consumidor-alvo, a velha mídia não viu alternativa de se opor inteiramente às manifestações, então, as apoiou, contanto que pudesse prescrever os motivos pelos quais a agitação continuaria a acontecer.

O elemento central do discurso que ora se monta é a minimização dos fins em relação aos meios. Ao longo das duas horas que assisti ao *GN*, em momento algum foi discutida a questão do aumento das tarifas. O fundamental são os meios: o manifesto foi violento ou não, houve, ou não, negociação entre as partes, quais os trajetos e pontos ocupados, quantas pessoas aderiram etc. Essa técnica tem um foco político autoevidente: ignorar o objetivo do movimento; e outro opaco: apontar para a manifestação como um fim em si (VIANA, 2013, on-line, grifo da autora).²³

2.5 A imprevisibilidade de um descontrole irremediável

Com esse cenário montado, para tratarmos da composição do ápice do momento (D), por sua vez, é necessário antes fazer um breve apanhado dos momentos prévios. Em (A),

²³O *GN* citado pela autora refere-se ao jornal Globo News, da emissora Rede Globo.

temos o Movimento Passe Livre sob a pauta do ajuste da tarifa, que reuniu uma afluência de jovens, e grupos de esquerda, com algumas bandeiras partidárias/de movimentos estudantis espalhadas pela multidão. Quando esse momento vira (B), continuamos vendo (A), mas com o adicional da presença de grupos de classe média e o deslocamento para fora da agenda dos vinte centavos. Com (C), ainda temos (A), dentro da disposição de (B), agora com o deslocamento discursivo se alargando para abarcar queixas generalizadas e as manifestações assumindo o teor moral anticorrupção. E, então, no auge da desagregação das multidões de Junho, (D) se apresenta constituído por tudo o que estava dentro de (C), porém, agora, com a marcante ausência de (A). Com isso, esse momento é classificado como uma expulsão das esquerdas das ruas, quando foram testemunhadas cenas como a de manifestantes rasgando ou queimando bandeiras símbolo do Partido dos Trabalhadores.

Na manifestação de 20 de junho, a direita mostrou uma face dupla: grupos neonazistas serviam para expulsar uma esquerda desprevenida, enquanto inocentes “cidadãos de bem” de verde-amarelo aplaudiam. O número de participantes no país foi o maior até então. Mas começou a cair logo em seguida. A mudança ideológica dos protestos coincidiu com uma queda abrupta do número de manifestantes. O movimento que começara apartidário se tornava então antipartidário (SECCO, 2013, p.75).

Em (D), para além da pauta artificial da anticorrupção, as ruas ficam povoadas por mensagens que viabilizam a leitura pós-política na análise da conjuntura brasileira: “meu partido é o meu país”, exibiam vários cartazes. Ou seja, a culpabilização moral da classe política pela via da corrupção desembocou em uma séria aversão sob a forma de recusa absoluta dessa classe. Mais ainda, dada a ausência de (A), desembocou na recusa absoluta do PT e de tudo o que era relacionado à ideologia de esquerda — o que inaugurou um implacável movimento antipetista e antiesquerda que seguiu se fortalecendo em outras manifestações, acontecidas nos anos de 2014 e 2015. “O apartidarismo ganhou sua versão fascista, antipartidária, quando militantes de partidos quiseram aderir às manifestações e foram espancados... pelos próprios manifestantes” (ROLNIK, 2013, p.12). E, quando Fernandes (2019) expõe em sua tabela uma *subtração* do panorama de pós-política dentro de (D), é no sentido de que agora o gerenciamento pós-ideológico que age para apagar as disputas de ideologia vai ser sobrepujado pela *ultrapolítica*: um “modelo de guerra”, segundo Žižek (1999, p.241), no qual “a política é concebida como uma forma de guerra social, como a relação para com ‘Eles’, para com um ‘Inimigo’” (apud FERNANDES, 2019, p.254). Esse inimigo era o PT e todos mais que estivessem posicionados no espectro de esquerda, e tinha de ser obliterado. Daí por que se falar de tendências fascistas.

Rebentou-se, assim, uma onda que vai reverberar de modo incessante pelos anos seguintes, com seus efeitos sendo sentidos ainda hoje em 2020, o que faz de 2013 decisivamente um **ano que não terminou**.

Com base em tal interpretação, o primeiro ponto fatal de destruição dessa onda, e onde se encerra o nosso recorte temporal, conforme exposto na parte introdutória do presente trabalho, é o ano de 2016. Foi quando as consequências das Jornadas de Junho se tornaram extremamente visíveis, com o impeachment da então presidente Dilma Rousseff, levado a cabo pelo que foi um verdadeiro golpe orquestrado desde 2014 por atores que, já nas eleições presidenciais daquele ano, se aproveitaram do antipetismo que estourou em 2013. O discurso escolhido, à época, para estruturar a campanha do candidato Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), foi o da corrupção do Partido dos Trabalhadores, a partir de uma linguagem nacionalista que prometia “libertar” o Brasil das mãos do PT e “devolvê-lo” ao povo, em uma clara orientação ultrapolítica (TELLES, 2019, p.71). Uma estratégia que, naquele estágio, ainda não fora suficiente para assegurar a derrota do PT: Dilma Rousseff conseguiu se reeleger com 51,64% dos votos²⁴, mesmo que a sua popularidade estivesse em baixa desde Junho.

Democraticamente vencido, porém, não conformado, Aécio Neves, então, se agarrou ao sentimento de aversão e desconfiança na estrutura política para lançar dúvida sobre a legitimidade do próprio processo eleitoral, questionando a confiabilidade do sistema das urnas eletrônicas. Protestos foram convocados, com a agora assentada atuação on-line dos perfis reacionários que surgiram durante as Jornadas de Junho, os já citados Vem Pra Rua, o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Revoltados On-line, em um clima e com um discurso completamente diferentes daqueles sob o qual explodiram as Jornadas.

A novidade em 2014 é que o campo da centro-esquerda estava desorganizado e o campo da centro-direita tomava a dianteira, sendo capaz de, a partir da exploração de um sentimento anti-Dilma, construir um discurso popular pautado por palavras de baixo calão, painelaços nas janelas de prédios de classe média, xingamentos machistas contra a presidenta e até uso pornográfico de sua imagem (PINTO, 2017, p.144).

A partir daqui, o que vamos observar nas ruas do Brasil, até a conclusão do empreendimento pela deposição de Dilma Rousseff, em 2016, são manifestações que já não podem ser chamadas de *popular*. Os protestos não serão mais em função de um sentimento de indignação das classes populares frente o incômodo causado pela impossibilidade do real, porque não serão mais “protestos de proletários, mas protestos contra a ameaça de ser

²⁴Dado retirado da apuração publicada on-line, em 2014, pela Folha de S. Paulo (<<http://eleicoes.folha.uol.com.br/2014/2turno/presidente/br.shtml>>).

reduzido a proletário” (ŽIŽEK, 2012, p.364). As ruas, esse lugar histórico de acontecimentos dos grupos despossuídos, carentes de direitos políticos, foi tomado pelas camadas mais altas da classe média — consequência do vácuo aberto em 2013, que deixou um vazio de hegemonia que acabou por ser preenchido pela direita.

Obra da “silente tecedura do espírito” de Hegel, “o trabalho secreto de mudança das coordenadas ideológicas, predominante invisíveis aos olhos do povo, que explodem de repente e pegam todos de surpresa” (ŽIŽEK, 2012, p.2747). E essa mudança é justamente o que só pudemos tratar neste trabalho como sendo visível em um deslocamento discursivo-ideológico, que começou a caminhar no Brasil de dentro da desagregação de Junho e seguiu pelos anos seguintes, a partir da investigação de fotografias que enfocam os cartazes empunhados nas manifestações de rua acontecidas no país durante o recorte temporal aqui proposto. E é esta pesquisa que demonstraremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

Mudança de coordenadas

“[...] a luta fundamental pelo poder é a batalha pela construção de significado na mente das pessoas.”

Manuel Castells

Toda a argumentação desenvolvida no presente trabalho acerca de um processo de deslocamento discursivo-ideológico na conjuntura política e social do Brasil, inaugurado nas Jornadas de Junho de 2013, tornou-se possível de ser inicialmente pensada por considerarmos que tal deslocamento é materialmente verificável nas mensagens grafadas nos cartazes carregados pelas pessoas que atenderam à manifestações de rua acontecidas nesse ínterim. Para examinar esses cartazes, contamos com fotografias, tiradas nos referidos momentos, em que os primeiros encontram-se em destaque no plano fotográfico.

Mas, a imagem nem sempre foi aceita como um documento para o estudo da história. Por muito tempo o fazer do historiador se pautou no método positivista que enxergava apenas no texto escrito a evidência de um fato histórico. Era esta a única fonte aceitável para a pesquisa, pela qual acreditava-se ser possível chegar à “verdade” sobre o passado. O que pode-se dizer que constituía um problema, visto que, inúmeras vezes, a produção humana ao longo da história não deixou testemunhos escritos. Dado este dilema, a partir do século XX teremos um movimento de historiadores que começaram a pensar que os fundamentos epistemológicos da disciplina deveriam ser reformulados, e, suas práticas, redefinidas.

3.1 A imagem como fonte histórica

A Escola dos Annales (1930) vai ser fundada sob a noção de que era necessário expandir o conceito de documento histórico. Mas é muito mais na terceira geração dos Annales, com Jacques Le Goff e Pierre Nora sendo seus principais nomes, que será fincada as bases do que foi chamado de Nova História, a qual Le Goff vai desenvolver em um princípio inspirado no que Fustel de Coulanges já pregava em meados do século anterior, ao reconhecer as limitações de uma definição de documento que consistia apenas no textual: [...] onde faltam os monumentos escritos, deve a história demandar as línguas mortas, os seus segredos... Deve escutar as fábulas, os mitos, os sonhos da imaginação... Onde o homem passou, onde deixou

qualquer marca da sua vida e da sua inteligência, aí está a história (COULANGES, 1901, p.245 apud LE GOFF, 1990, p. 465).

Com essa revolução documental de que fala Le Goff, em sua obra *História e Memória* (1990), as imagens vão ser incluídas na noção de documento, e, assim, passar a serem utilizadas como fonte formal de pesquisa para o historiador. Contudo, não sem debates acerca da metodologia desse uso.

Por exemplo, em Boris Kossoy (2001), veremos a discussão de questões quanto ao uso da imagem fotográfica como documento histórico, como a que diz respeito a esse tipo de registro documentar o mundo pela visão particular do fotógrafo, que atua como “mediador criativo” — isto é, com um olhar que não é neutro —, e, portanto, acabar por ser um documento fruto de um “binômio indivisível” de testemunho e criação: “por aquilo que ela nos mostra da cena passada, irreversível, ali congelada fragmentariamente, e por aquilo que nos informa acerca de seu autor.” Segundo dada conceituação, “toda fotografia é um testemunho segundo um filtro cultural, ao mesmo tempo que é uma criação a partir de um visível fotográfico” (KOSSOY, 2001, p.50). Quanto a isso, ponderamos que pontos como este, que versam sobre os significados da mediação do fotógrafo, não constituíram uma preocupação para o fim desta pesquisa, que foi precisamente as mensagens capturadas pelas fotos, e não as fotos em si. O que, porém, não significa dizer que a totalidade da situação fotografada não foi de imenso valor para a apreensão do contexto das mensagens.

Neste estudo, admitimos a fotografia no que

Constitui-se registro e memória visual que retém a imagem fugidia de indivíduos e sociedades. Como registro visual e material a fotografia apresenta-se como fonte e documento privilegiado para uma aproximação entre fragmentos do tempo histórico, permitindo a perpetuação de um momento difícil de ser resgatado com precisão, mas o historiador deve observar que ela não é apenas um complemento da informação oral ou escrita. Uma imagem fotografada possui informação da realidade registrada e, igualmente, historicidade. Difere de outros tipos de iconografia como pinturas, desenhos, gravuras e ilustrações, já que comporta dados de fatos objetivos da realidade apreendida, de lugares que existem ou existiram e de pessoas e sociedades que viveram em um momento determinado (STAMATTO, 2009, apud. OLVEIRA; JUNIOR, 2013, p.4).

No presente trabalho, nos apoiamos na imagem fotográfica em sua relevância como evidência histórica imagética pelo testemunho ocular, conforme fundamentado por Peter Burke (2004). E, por isso, na dimensão de seu valor tanto para o fazer do historiador quanto para o estudo e o ensino de história, à medida em que “imagens nos permitem ‘imaginar’ o passado de forma mais vívida [...] nossa posição face a face com uma imagem, nos coloca ‘face a face com a história’” (BURKE, 2004, p.17, grifos do autor). Assim, consideramos apropriado que um estudo que julga as Jornadas de Junho como a abertura de um processo

cujas consequências políticas e sociais seguem se desenrolando até hoje, esteja baseado numa análise de seus registros fotográficos. Compreendendo, todavia, tal qual ressalta Burke, que o testemunho dado por imagens é mudo, e que, portanto, é preciso se ter o contexto em que elas foram produzidas, pois, ao mesmo tempo em que muito revelam, também muito omitem.

No caso desta pesquisa, se fôssemos de encontro às fotografias dos cartazes sem o suporte do entendimento de todas as circunstâncias políticas, sociais e históricas em que as mensagens ali expostas foram concebidas, dificilmente conseguiríamos elaborar uma pesquisa em cima delas, e menos ainda uma que defenda a ocorrência de que algo se *deslocou*, se moveu, em determinado período de tempo. Essas circunstâncias foram descritas no capítulo passado; agora, apresentaremos de que maneira os dizeres dos cartazes confeccionados pelos manifestantes que foram às ruas entre 2013 e 2016 nos permitiram fazer a leitura de que as ideias de direita expressas nos protestos no Brasil, a partir de 2014, foram passíveis de ser manejadas e amplificadas porque havia sido demonstrada uma receptividade para tanto já dentro das Jornadas de Junho.

Dito isso, compreendemos, também, as ressalvas quanto ao uso específico de fotografias obtidas no meio digital, por toda a questão que existe quanto ao risco de as imagens terem sofrido edições, de ser “montagens”. A esse respeito, tomamos o cuidado de realizar a pesquisa visual em galerias jornalísticas virtuais, como a do *GI*, portal de notícias do Grupo Globo, e em depositórios on-line reconhecidamente seguros, como o *Shutterstock*, onde os próprios fotógrafos realizam o *upload* das fotos e têm os seus direitos de autoria de imagem assegurados. Além desses websites, foi de uma contribuição gigantesca a existência do projeto *Grafias de Junho*²⁵, um acervo fotográfico virtual colaborativo cujo intuito é auxiliar a memória das Jornadas de Junho a partir justamente do registro visual das mensagens empunhadas pelos manifestantes em quaisquer que fossem os suportes de grafia.

3.2 O cartaz é político

Mas, afinal, por que as pessoas levam cartazes para as ruas quando saem em protesto?

Esse é um instrumento comunicativo, é claro, que permite a fácil exteriorização e disseminação de ideias, mas, antes de tudo, é um meio que “dialoga rapidamente com as

²⁵Este projeto faz parte da pesquisa de doutorado em história das cidades de Roberto Andrés, com orientação de Guilherme Wisnik, realizado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. (Descrição retirada do próprio website: <<https://www.grafiasdejunho.org>>.)

pessoas e o ambiente urbano, acompanhando o desenvolvimento das relações sociais, culturais, econômicas, políticas e tecnológicas” (SILVA; VENEROSO, 2016, p.607). Sabemos que o cartaz, como gênero linguístico, pode ser encontrado assumindo diferentes funções em diferentes situações e ambientes: em cinemas, apresentando quais filmes estão sendo exibidos; em lojas, expondo as promoções do dia; em variados estabelecimentos, comunicando algo.

O cartaz moderno nasceu com o objetivo de apresentar novos produtos e espetáculos, promovendo o consumo de mercadorias e o apetite privado, ou seja, a publicidade capitalista, mostrando o consumismo crescente e os costumes da vida burguesa da época. Com o surgimento de sua função de propaganda ideológica e política o cartaz passou também a mobilizar e dar voz às multidões, insurgindo contra os abusos dos poderes políticos, questionando os governos e problematizando as ações dos Estados-nação, ou seja, além de ser reflexo dos costumes e dos estilos e escolas artísticas tornou-se também documento histórico das relações sociopolíticas (SILVA; VENEROSO, 610).

O cartaz político, especificamente, além de instrumento, é um documento, posto que pode transmitir o pensamento de uma parcela de uma sociedade em certo espaço no tempo — além de que o seu aparecimento pode revelar “o estado de emergência em que se encontra a sociedade”, posto que “pode indicar uma crise econômica e política, um período de guerra ou uma luta pela construção de uma nação mais democrática” (SILVA; VENEROSO, 2016, p.610). Ao fazer uso desse tipo de recurso, os sujeitos se manifestam duas vezes: ao colocar seus corpos nas ruas, e ao expressar por escrito o porquê de estarem ali. É o dispositivo visual em que “a raiva e o sarcasmo se manifestam, onde o ato se passa como linguagem, [...] onde os valores partilhados derivados da vida individual e coletiva se impõem” (SILVA; VENEROSO, 2016, p.608). Há nele uma espontaneidade e um simbolismo. Por tudo isso, o cartaz político se mostrou tão valioso como a fonte escolhida para a presente pesquisa.

No mais, o cartaz é um objeto que requer, para a sua leitura, um contexto sociocultural, um quando e um onde, um entendimento sobre o tema que carrega, e a maneira como foi utilizado. Porque,

O processo de emissão de uma mensagem pelo cartaz é caracterizado por um aspecto dinâmico de repetição. Após certo tempo é possível que o conteúdo da mensagem “descole-se” da necessidade de um amparo material: a mensagem do cartaz “gruda” na mente do indivíduo. Ele constrói reflexos condicionados, slogans e estereótipos que se imprimem na cultura individual e coletiva (SILVA; VENEROSO, 2016, p.609).

E o que pudemos constatar durante a pesquisa foi, justamente, que alguns cartazes se repetiam²⁶, não só dentro de um mesmo núcleo de protesto, mas, também, em diferentes

²⁶Frases icônicas de Junho, como “Não é só por vinte centavos!”, atingiram um nível tão grandioso de replicação que não é possível saber, pelas fotografias, onde ou quando ou por quem foram elaboradas pela primeira vez.

idades e diferentes datas, o que é explicado pelo aspecto dinâmico de repetição com o grande adicional do poder ampliador de circulação das redes sociais digitais. Uma foto de um cartaz exibido em rede nacional por um telejornal vai disseminar a sua mensagem aos milhares, desde que as pessoas estejam na frente da televisão no momento exato em que essa foto aparecer na tela. Já, a mesma foto sendo compartilhada na internet, vai ter a mensagem propagada aos milhões, e, ainda mais, vai reverberar por dias a fio, posto que conteúdos on-line permanecem disponíveis a qualquer hora do dia a menos que sejam deletados.

Mas, para muito além das características do cartaz político, o foco deste capítulo é as mensagens que, após uma extensa pesquisa, visto que as galerias de foto conferidas eram absurdamente vastas, foram selecionadas para constar no presente trabalho como a fonte a partir da qual foi possível estruturar uma argumentação em torno da ideia de que se desenrolou, no Brasil, um processo de deslocamento discursivo-ideológico inaugurado dentro das Jornadas de Junho. Isto impulsionado pelo protestar por tudo que acabou se transformando em um protestar por nada, e que permitiu que forças à direita ali crescessem.

Para tanto, será reutilizada a classificação da tabela *Momentos da multidão de Junho de 2013*, da socióloga Sabrina Fernandes (2019), explanada no capítulo anterior. Enfatizando, novamente, a ressalva feita de que esses “momentos”, do modo como foram dispostos na tabela, não refletem delimitações temporais para a observação de cada um deles, mas apenas uma divisão temática da desagregação discursiva testemunhada em Junho que auxilia a descrição do que se vê capturado pelas fotografias.

Tabela - Momentos da multidão de Junho de 2013.

A. Base do MPL + juventude + esquerda radical: aumento de tarifa do transporte público, outras questões de esquerda;
B. (A) + classe média: solidariedade contra a polícia + não apenas os 20 centavos;
C. (B) + massificação da mídia social: crise de representação, cinco causas (segundo Anonymous), anticorrupção, problemas da Copa do Mundo;
D. (C) - (A): verde e amarelo, “meu partido é meu país”, antipartidarismo, antipetismo/antiesquerda; (C) - pós-política (D) - pós-política + euforia → ultrapolítica → tendências fascistas

Extraído de: FERNANDES, 2019.

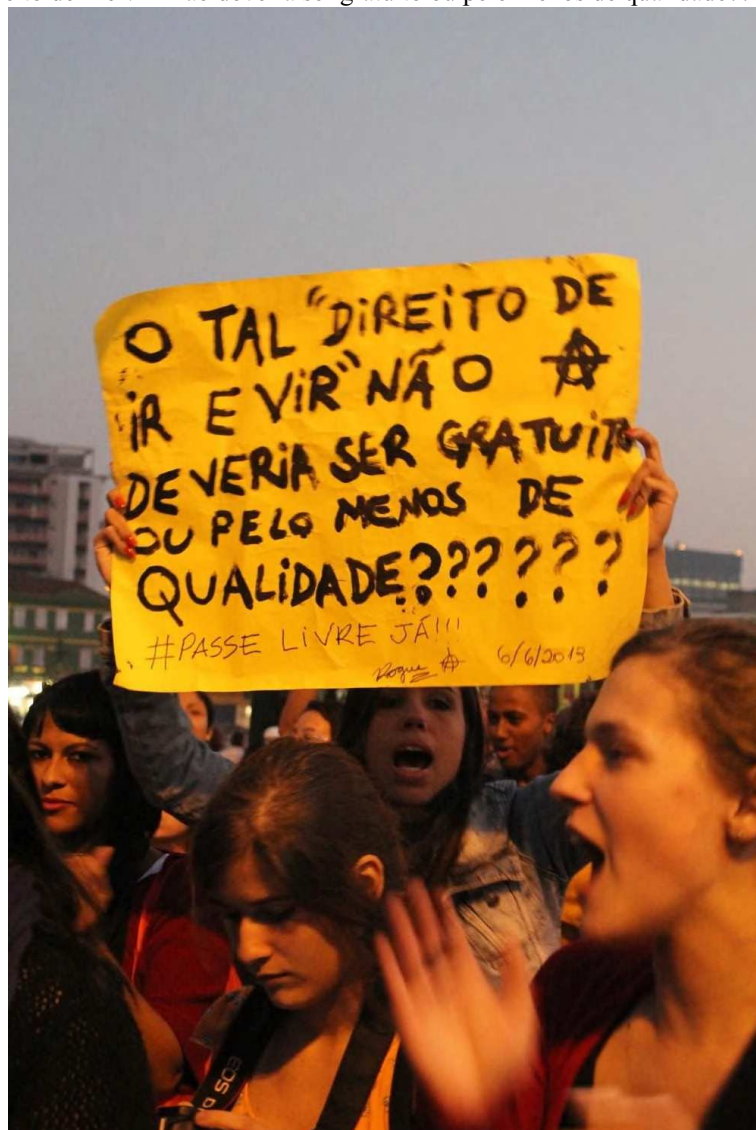
Em uma organização que segue a ordem cronológica dos registros, a presente pesquisa selecionou trinta fotografias, sendo vinte e uma para o ano de 2013, três para 2014, três para 2015 e três para 2016. A maior quantidade de documentos para o primeiro ano se

deve ao fato da grande diversidade de conteúdos trazidos nos cartazes de Junho, enquanto que, desses, apenas uma única linha temática se fixará e seguirá em um continuum pelos anos seguintes.

A seguir, a disposição dos cartazes inicia-se com o momento em que o Movimento Passe Livre chamou as primeiras mobilizações que deram origem ao que posteriormente ficou conhecido como as Jornadas de Junho. Por ser visível, nos cartazes, mensagens que exprimem pensamentos ideologicamente posicionados à esquerda do espectro político, dentro da pauta do aumento da passagem, podemos utilizar o momento (A) para classificá-los.

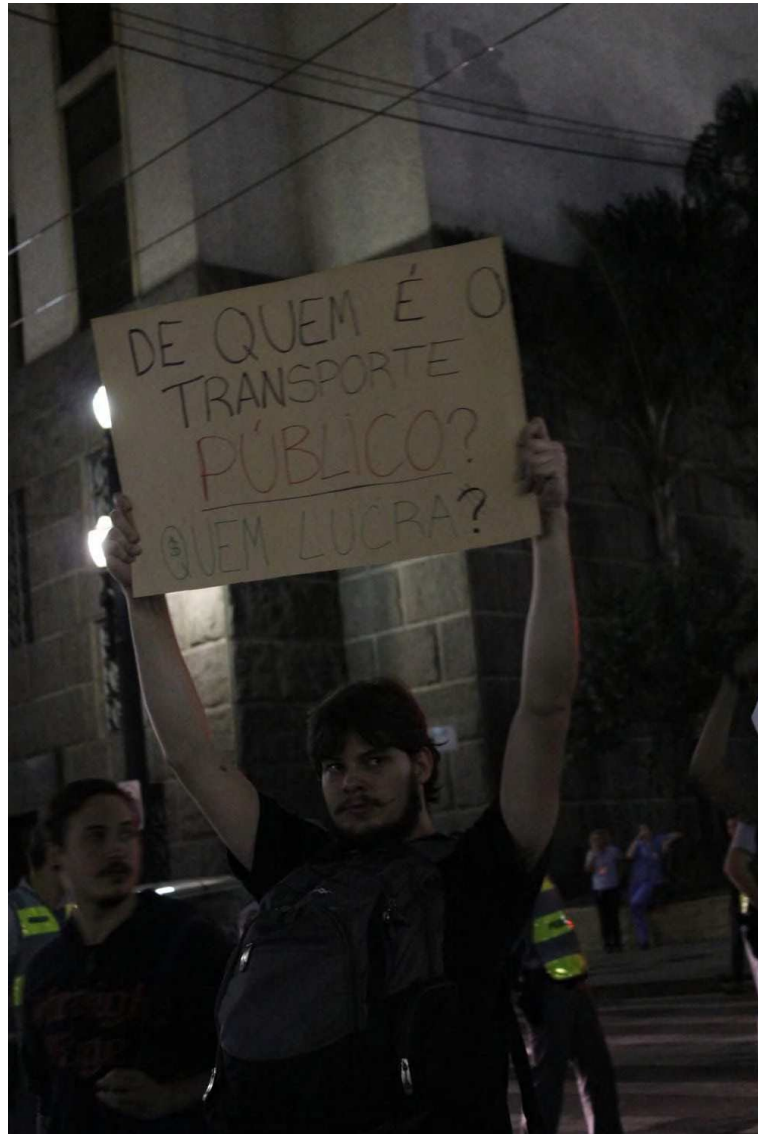
2013

Figura 1 - O tal “direito de ir e vir” não deveria ser gratuito ou pelo menos de qualidade????? #passe livre já!!!



Fonte: Raphael Tsavkko Garcia. São Paulo, tirada em 06/06/2013. Disponível em: https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/3837?busca&data=2013-06-07T03%3A00%3A00.000Z&esconderVazias=true&page=2&per_page=21&sortBy=date&sortOrder=asc&total=0.

Figura 2 - De quem é o transporte público? Quem lucra?



Fonte: Raphael Tsavkko Garcia. São Paulo, tirada em 06/06/2013. Disponível em: <https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/3758?busca&data=2013-06-06T03%3A00%3A00.000Z&esconderVazias=true&page=4&per_page=21&sortBy=date&sortOrder=asc&total=0>.

Nestas primeiras fotos, chama atenção, principalmente, o símbolo anarquista, em 1, o que demonstra que a composição dos protestos iniciais contava com a presença de indivíduos ou grupos com tal inclinação; e em 2, lemos um questionamento que, ao sinalizar a incoerência que existe em um transporte dito público ser pago (e, mais ainda, privatizado), reflete que no meio da primeira onda de pessoas a tomar as ruas em Junho havia consciências politizadas acerca da questão do ajuste da tarifa.

Figura 3 - 3,20 é roubo! // The times are a-changin São Paulo 2013 // -Tarifa +Transporte



Fonte: Gianluca Ramalho Misiti. São Paulo, tirada em 07/06/2013. Disponível em:
<https://www.flickr.com/photos/grmisiti/8987635518/>.

Esta terceira foto traz plenamente como foco a questão do aumento: nos cartazes, “3,20 é roubo!”, “-tarifa +transporte”; na faixa, um aviso em tom de ameaça de que, se o aumento não fosse revogado, o funcionamento normal das ruas da cidade continuaria a ser “impedido” pelas manifestações. Mas, acima disso, o que fixa o olhar são as bandeiras erguidas ao fundo, entre as quais podemos identificar sem dificuldade a sigla do Partido da Causa Operária (PCO), partido político considerado integrante da esquerda radical.

Figura 4 - Erro no sistema Capitalismo travou! Instalar novo sistema? OK // Lembre-se de sua mãe quando disser que toda mulher é vadia



Fonte: Priscila Musa. Belo Horizonte, tirada em 11/06/2013. Disponível em: https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/1980?busca&data=2013-06-11T03%3A00%3A00.000Z&esconderVazias=true&page=1&per_page=21&sortBy=date&sortOrder=asc&total=0.

Aqui, em primeiro plano, um cartaz que corrobora de maneira literal, o que é surpreendente, a ótica aplicada na argumentação deste trabalho de que as manifestações de rua nessa segunda metade do século XXI são um sintoma da debilidade democrática dentro da estrutura do capitalismo global pós-moderno. Ao fundo, vemos uma mensagem que já nos comunica a entrada de outras questões nas Jornadas de Junho: “lembre-se de sua mãe quando disser que toda mulher é vadia”, uma temática feminista. A presença da mensagem desse cartaz permite levantar duas hipóteses: pode ter sido escolhida de maneira aleatória, partindo do furor de protestar por tudo; ou, pode ter consistido em uma resposta a algum caso específico ocorrido naquele período, naquela cidade.

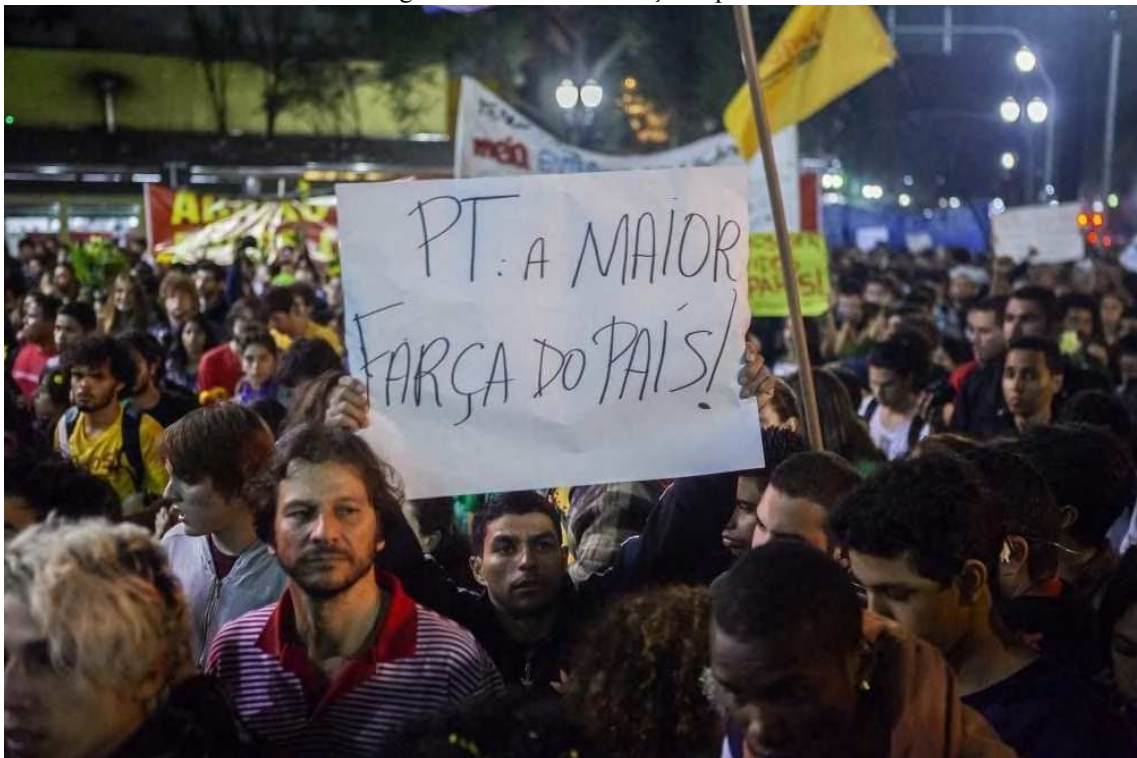
Como explicado no capítulo anterior, não se tem como indicar uma data exata para a passagem entre os momentos (A) e (B), mas é bastante perceptível no exame dos cartazes carregados desde o primeiro dia de protestos até o fim do mês, que, depois de apenas alguns dias da agitação inaugural, mensagens com conteúdos os mais diversos realmente passam a predominar nas manifestações, e a eclipsar a pauta do aumento da passagem. Ela não vai desaparecer das ruas, não até a revogação da medida, contudo, passará a ser simplesmente mais um grito (e cada vez mais baixo) em meio a uma cacofonia de vozes dissonantes.

Figura 5 - Passe-livre já, Brasil ANEL // 2,85 é assalto // Não ao aumento



Fonte: Felipe Sales. Maceió, tirada em 13/06/2013. Disponível em:
 <https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/2436?busca&cidade=Macei%C3%B3&esconderVazias=true&page=1&per_page=21&sortBy=date&sortOrder=asc&total=0>.

Figura 6 - PT: a maior farça do país!



Fonte: Sérgio Silva. São Paulo, tirada em 13/06/2013. Disponível em:
 <https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/4714?busca&cidade=S%C3%A3o%20Paulo&data=2013-06-13T03%3A00%3A00.000Z&esconderVazias=true&page=3&per_page=21&sortBy=date&sortOrder=asc&total=0>

Figura 7 - Reforma agrária // Escola em tempo integral // Taxação das grandes fortunas do Brasil direto para saúde

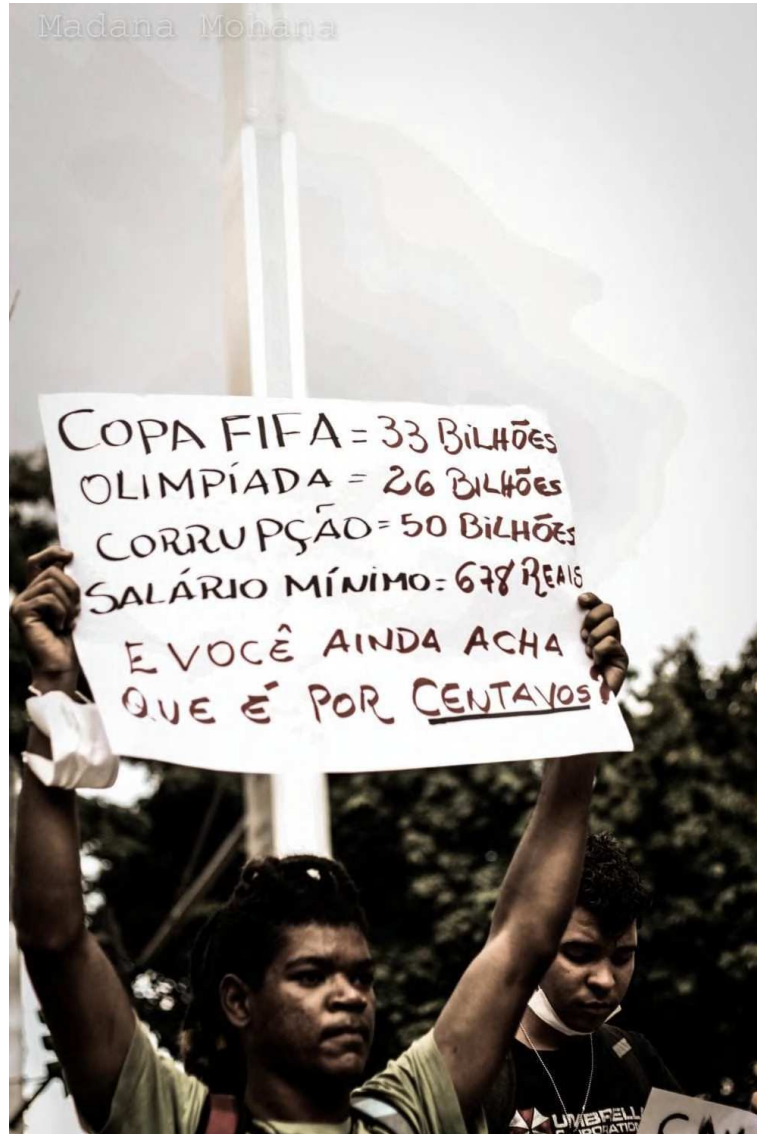


Fonte: Priscila Musa. Belo Horizonte, tirada em 13/06/2013. Disponível em: https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/2062?busca&cidade=Belo%20Horizonte&data=2013-06-13T03%3A00%3A00.000Z&esconderVazias=true&page=3&per_page=21&sortBy=date&sortOrder=asc&total=0.

Esta sequência, 5, 6 e 7, é excepcionalmente interessante. Sobretudo, porque traz nos cartazes capturados mais de um momento de multidão acontecendo simultaneamente no mesmo dia, 13 de junho, ainda que em diferentes localidades. Tomando a classificação da tabela de Fernandes (2019), vemos (A), em 5; (B), que conserva (A), em 7; e uma introdução à (D) em 6. Ou seja, os cartazes da foto 5 estão todos direcionados à pauta concreta da anulação do ajuste da tarifa, e as bandeiras no *background* do registro evidenciam que a multidão ali presente contava com a presença de membros — ou simplesmente apoiadores —, da ANEL (Associação Nacional dos Estudantes - Livre), da UNE (União Nacional dos Estudantes) e, podemos arriscar presumir, pelas cores da bandeira e pelo que parece ser a letra P, numa estilização bem característica, do PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado). Todas organizações de esquerda. Já os cartazes da foto 7, ainda que levantem questões politicamente baseadas à esquerda do espectro ideológico, podem já configurar o momento em que a maioria dos manifestantes começava a dizer que estava nas ruas não mais apenas por causa dos vinte centavos do ajuste, mesmo que esta mensagem exata não esteja grafada. A mensagem enquadrada na foto 6, por sua vez, chega a surpreender, por demonstrar que o embrião do que vai se constituir em um verdadeiro antipetismo, quando as

manifestações forem pintadas de verde e amarelo no ápice de (D), e seguir pelos anos seguintes, podia ser verificado já na primeira semana das Jornadas. Esse tipo de repúdio direto ao Partido dos Trabalhadores ainda em meio à presença de grupos e apoiadores da esquerda nas ruas é o que nos informa que não há possibilidade alguma de impor qualquer delimitação temporal aos momentos da multidão de Junho.

Figura 8 - Copa FIFA = 33 bilhões Olimpíada = 26 bilhões Corrupção = 50 bilhões Salário mínimo = 678 reais E você ainda acha que é por centavos?



Fonte: Mohana Bandeira. Belo Horizonte, tirada em 15/06/2013. Disponível em:

<https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/6519?busca=mohana&cidade=Belo%20Horizonte&data=2013-06-15T03%3A00%3A00.000Z&esconderVazias=true&page=2&per_page=21&sortBy=date&sortOrder=asc&total=0>.

Este cartaz, fotografado dois dias após os anteriores, já soletra que não é só por vinte centavos que os protestos seguem acontecendo. A partir daqui, é observável que as queixas quanto aos gastos com grandes eventos a serem realizados futuramente no Brasil, como a

Copa do Mundo de Futebol, marcada para 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016, passam a se multiplicar rapidamente. A comparação dessas despesas com o valor do teto do salário mínimo à época, e, principalmente, a inclusão de um valor para os custos da corrupção nesse comparativo, expressam o quadro de pós-política que impregna a consciência da população com uma concepção de que todos os problemas são do plano moral, e que se devem simplesmente à atual gestão do governo. Nestes pontos, podemos remeter a leitura do cartaz da imagem 8 à classificação do momento (C).

Figura 9 - PuTa que pariu! Nunca mais!



Fonte: upslon. Belo Horizonte, tirada em 15/06/2013. Disponível em:
<https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/2131?busca&cidade=Belo%20Horizonte&data=2013-06-15T03%3A00%3A00.000Z&esconderVazias=true&page=6&per_page=21&sortBy=date&sortOrder=asc&total=0>.

Figura 10 - PT nunca mais!



Fonte: Hugo Martins Oliveira. Belo Horizonte, tirada em 15/06/2013. Disponível em: <<https://www.shutterstock.com/pt/image-photo/belo-horizonte-minas-gerais-brazil-15-1841297059>>.

Mais demonstrações incipientes do discurso antipetista que vai ser cimentado em definitivo no ano de 2014 com a campanha de Aécio Neves para a presidência. É a presença de mensagens como essas dentro de Junho que nos permite asseverar que o alicerce da **mudança de coordenadas**, processada no decorrer dos anos seguintes, e levando ao quadro do golpe que depôs a então presidente Dilma Rousseff, foi preparado em 2013. Se o PSDB pôde utilizar-se do mesmo sentimento que produziu o enunciado “PT nunca mais” para embalar a campanha de seu candidato, foi porque havia, no país, um considerável grau de receptividade para isso. Reflexo da configuração pós-política que insere nas consciências um ponto de vista de culpabilização personalista, que condena este e aquele partido, e um e outro político, obscurecendo o lugar do fazer político no problema. Tudo o que há de errado no país passar a ser atribuído simplesmente à gestão que ocupa o maior cargo no poder.

Figura 11 - BRT = Enganação



Fonte: Hugo Martins Oliveira. Belo Horizonte, tirada em 15/06/2013. Disponível em:
 <<https://www.shutterstock.com/pt/image-photo/belo-horizonte-minas-gerais-brazil-15-1841297404>>.

Neste ângulo específico em que foi enquadrado, a sensação que o cartaz 11 passa, ao trazer uma mensagem de crítica ao sistema BRT (Bus Rapid Transit)²⁷ de transporte, quando muitos protestantes já entoavam que as manifestações não estavam acontecendo só por vinte centavos, é a de um grito solitário, e um tanto quanto rouco, de um momento (A) que está perto de ser engolido. E, de fato, a partir daqui, o que a pesquisa dos registros fotográficos das Jornadas de Junho nos mostrou foi que a pauta da tarifa do transporte público começa a ficar cada vez “menor” frente à todas as outras queixas expressas nos cartazes.

²⁷ Em português, ônibus de transporte rápido.

Figura 12 - Sou doente por amar “diferente”? #forafeliciano // Xô satanás!!



Fonte: Priscila Guerra. Rio de Janeiro, tirada em 16/06/2013. Disponível em: <https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/6426?busca&cidade=Rio%20de%20Janeiro&data=2013-06-16T03%3A00%3A00.000Z&esconderVazias=true&page=1&per_page=21&sortBy=date&sortOrder=asc&total=0>.

Os cartazes da foto 12 chamam a atenção por dois motivos diferentes: primeiro, por ilustrarem uma questão completamente distinta de tudo o que vinha sendo observado até então nos conteúdos das queixas dos manifestantes, alargando mais ainda o já gigantesco vácuo de agenda dos protestos. Mas, aqui, é preciso ter o conhecimento de que, nesse período, estava para ser votado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados um projeto, de autoria do deputado federal Marco Feliciano, do Partido Social Cristão (PSC), que visava autorizar que psicólogos empregassem métodos de “tratamento” para “curar” pacientes homossexuais.²⁸ A proposta ficou conhecida como “cura gay”, e gerou grande revolta entre a comunidade LGBT e seus simpatizantes, que aproveitaram a ebulição já posta nas ruas para expor sua revolta com a situação. E o segundo motivo, pelo qual esses cartazes são notáveis, é que, ao observamos mais de perto os que estão em segundo plano, nos deparamos com o retrato de Dilma Rousseff integrando uma composição que coloca Feliciano (com os chifres maiores, no meio do fogo) e o então presidente do Senado, Renan Calheiros, como “satanás”. Legendando a imagem de Dilma (capturada em um movimento de “tampar” o nariz), é

²⁸ Cf.: Flávia Foreque; Márcio Falcão, *Proposta sobre ‘cura gay’ é aprovada em comissão presidida por Feliciano* (<<https://m.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1297075-proposta-sobre-cura-gay-e-aprovada-em-comissao-presidida-por-feliciano.shtml?origin=folha>>; acesso em: julho de 2020).

possível ler “#FEDEU”, e ela foi colocada dentro de uma moldura diferenciada, sem chifres. Tal arranjo levanta dúvidas: o uso da expressão “Xô satanás!” é ou não direcionado também à Dilma? A palavra “fedeu” refere-se a ela ou aos outros dois personagens?

Figura 13 - Não é por 0,20 centavos é pelo meu futuro!



Fonte: Rodolfo Passos. São Paulo, tirada em 17/06/2013. Disponível em: https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/5806?busca=rodolfo%20passos&cidade=S%C3%A3o%20Paulo&data=2013-06-17T03%3A00%3A00.000Z&esconderVazias=true&page=2&per_page=21&sortBy=date&sortOrder=asc&total=0.

Na sequência, vemos mais uma aparição do slogan que ficou tão famoso por seu alto grau de repetição. A mensagem que o complementa é extremamente genérica, e se apoia no apelo emocional que há no fato de que seu interlocutor é uma criança, que não terá futuro a menos que as queixas dos protestos sejam resolvidas. A blusa estampada com a bandeira do Brasil e o rosto pintado com suas cores — que também podem ser observados nos interlocutores dos cartazes das fotografias 11 e 12 — integralizam uma caracterização que vai ser largamente disseminada entre os manifestantes até se fixar como uma das principais particularidades do momento (D). Esse verde e amarelo de 2013, que, ali, parece ser vestido por uma parcela das pessoas que estavam nas ruas como um símbolo de patriotismo frente aqueles que estavam “destruindo” a pátria (os políticos), será visto apropriado por grupos ligados à direita em 2014, na tentativa de assumir uma postura nacionalista que auxilie o discurso de “libertação” do Brasil das “garras” do PT, fazendo um constate proposital com o vermelho característico do partido.

Figura 14 - Os bandidos de verdade tão em Brasília tudo solto!



Fonte: Felipe Paiva. São Paulo, tirada em 17/06/2013. Disponível em:
<https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/6084?busca=felipe%20paiva&esconderVazias=true&page=1&per_page=21&sortBy=date&sortOrder=asc&total=0>.

Nesta mensagem, na afirmação de que a capital do país é o lugar onde estão os “bandidos de verdade”, por ser a sede do governo federal, podemos ver a concepção de que a corrupção é o mal por excelência dos políticos. Estes são os verdadeiros bandidos porque roubam o dinheiro da nação. É o tipo de pensamento que servirá de base para os discursos antipartidários no ápice da configuração do momento (D), como observaremos um pouco mais adiante.

Figura 15 - Enfia o dinheiro da copa no... ..SUS



Fonte: Cintia Erdens Paiva. Rio de Janeiro, tirada em 20/06/2013. Disponível em: <<https://www.shutterstock.com/pt/image-photo/rio-de-janeiro-brazil-june-20-300653234>>.

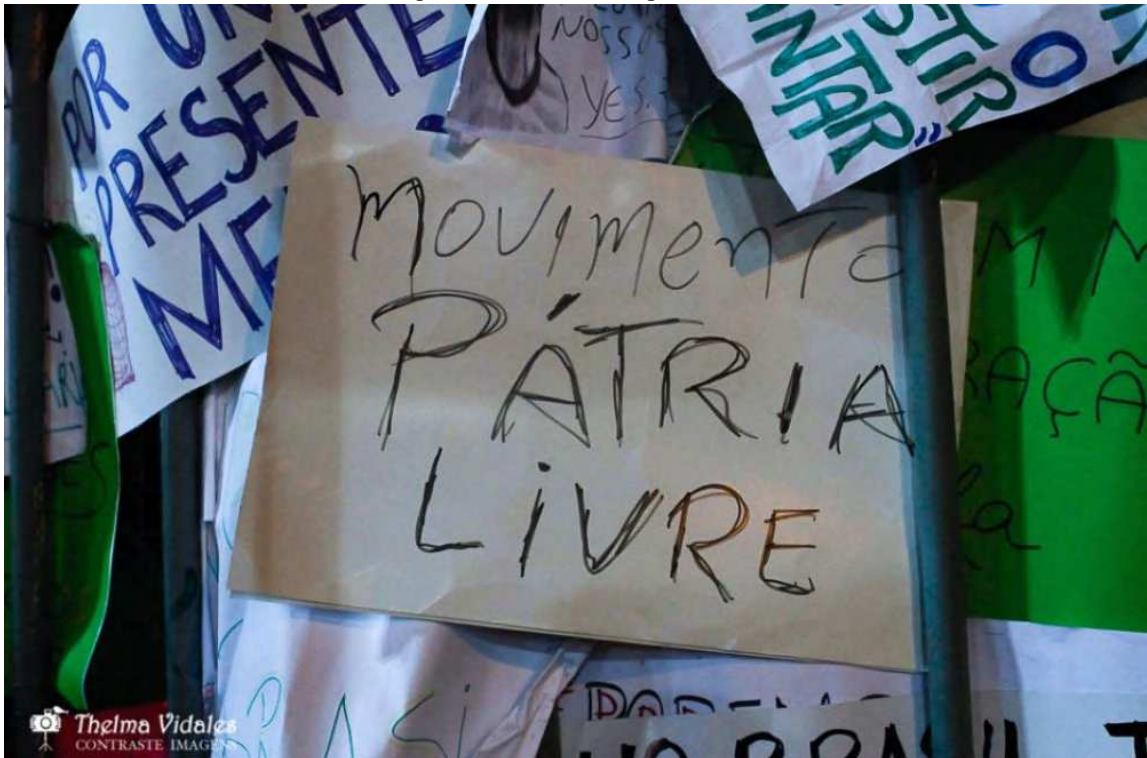
Este enquadramento de cartazes, em especial, não só conta com uma massificação do simbolismo patriótico pelo uso das cores verde e amarelo, como passa a impressão de que, agora, podemos enxergar a definitiva retirada de (A) dos momentos da multidão. O registro é do dia 20; quando paramos para retroceder um pouco e verificar novamente as imagens dos dias anteriores, o conjunto realmente atesta essa ausência. Não se encontra mais na multidão bandeiras de partidos ou de organizações de esquerda. Além disso, é interessante notar que esse verde e amarelo inaugurado nas Jornadas, de maneira opcional, será transformado no fardamento obrigatório das manifestações de oposição ao governo petista nos anos seguintes.

Figura 16 - Sai Dilma!! O povo é o dono do Brasil!



Fonte: Miguel Schincariol/AFP. São Paulo, publicada em 20/06/2013. Disponível em:
 <<http://g1.globo.com/brasil/cartazes-das-manifestacoes/platb/2013/06/20/sai-dilma-o-povo-e-o-dono-do-brasil/>>

Figura 17 - Movimento pátria livre



Fonte: Thelma Vidales. Rio de Janeiro, tirada em 20/06/2013. Disponível em:
 <https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/6807?busca=thelma&cidade=Rio%20de%20Janeiro&esconderVazias=true&page=1&per_page=21&sortBy=date&sortOrder=asc&total=0>

O cartaz 16 traz uma novidade, uma mensagem que ainda não tinha sido avistada até então dentro de Junho — ou, pelo menos, que ainda não havia sido capturada pelas lentes das câmeras, dado que não encontramos, durante nossa pesquisa, nenhum exemplo similar nos registros anteriores ao dia 20: um pedido, ou, seria melhor dizer, um comando, para que Dilma Rousseff deixasse a presidência do país. Por sua vez, a frase que complementa essa mensagem do cartaz 16 conversa diretamente com o cartaz 17, e ratifica a leitura que fizemos com base na imagem 10, acerca de uma receptividade preexistente de parte da população para os discursos que vão ser formulados a partir de 2014 no sentido de que o Brasil precisava ser “libertado” do governo petista. O que, quando conectamos a todos os outros pontos de 2013, que vimos constatando que vão ser retomados de forma mais robusta nos anos seguintes, permite-nos afirmar que as Jornadas de Junho funcionaram como abertura para um processo, cuja primeira parada da onda destrutiva foi o golpe de 2016. Isto é, a onda pró-impeachment não foi “inventada” pelo discurso de Aécio Neves após as eleições de 2014, que colocou em dúvida a confiabilidade dos resultados do processo eleitoral daquele ano. Mas, antes, já possuía raízes entre a população, e justamente por isso foi passível de ser manobrada.

Figura 18 - Sem partido



Fonte: Thelma Vidales. Rio de Janeiro, tirada em 20/06/2013. Disponível em:

<https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/6828?busca=thelma&cidade=Rio%20de%20Janeiro&esconderVazias=true&page=2&per_page=21&sortBy=date&sortOrder=asc&total=0>.

Figura 19 - Meu partido é meu país // Fora PT!



Fonte: Alf Ribeiro. São Paulo, tirada em 20/06/2013. Disponível em:
 <<https://www.shutterstock.com/pt/image-photo/sao-paulo-brazil-june-20-2013-1152366134>>.

Mais uma sequência enormemente significativa, que demonstra o sentimento antipartidário que tomou conta de Junho no ápice do momento (D), e deixou o momento (A) sem espaço para continuar acontecendo na multidão. Observar esse tipo de pensamento sendo expressado em 2013 é muito sintomático, visto que o antipartidarismo para o qual parte da população se mostrou inclinada aí, será aproveitado por grupos de direita — com a peculiaridade de que essa postura parece estar direta e unicamente ligada ao antipetismo, pois, mesmo nos anos seguintes a Junho, não observamos nenhum outro partido ser nomeado nos cartazes — e elevado à demonstrações claramente fascistas nas manifestações acontecidas a partir de 2015. Um encadeamento que não é difícil de entender como tornou-se executável, pois, quando se acredita que o problema são os políticos, cava-se um abismo de onde sai junto a isso a convicção de que a vida em sociedade seria melhor sem eles, o que abre espaço para saudosismos antidemocráticos como os que veremos adiante.

Figura 20 - De Cuba, só charuto! #revalida // O Brasil alterou seu status de: “Deitado eternamente em berço esplêndido” para “verás que um filho teu não foge a luta”



Fonte: Página 2. Balneário Camboriú, tirada em 20/06/2013. Disponível em: https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/4986?busca&cidade=Balne%C3%A1rio%20Cambori%C3%BA&esconderVazias=true&page=2&per_page=21&sortBy=date&sortOrder=asc&total=0.

Este cartaz que ocupa o primeiro plano da foto 20, em particular, é muitíssimo interessante. A imagem de Cuba, utilizada por uma conexão generalizada desse país a todo e qualquer princípio de esquerda, vai ser amplamente propagada em meio a um movimento antiesquerda, o que já será esporadicamente observável em 2014 mas ganhará força de verdade apenas em 2018 — ano que, no caso, está fora do recorte temporal da nossa pesquisa, mas que é o segundo ponto de destruição do processo inaugurado em junho de 2013, como explicitado na parte introdutória deste trabalho. Por isso, foi surpreendente encontrar esse discurso em seu formato embrionário dentro de Junho, e contribuiu para reforçar a leitura de que os acontecimentos que transformaram ao extremo a conjuntura política do Brasil após 2013 já tinham suas bases de suscetibilidade lançadas neste ano.

Figura 21 - Não sou esquerda e não sou direita... sou #HadoukenNoGovern



Fonte: Desconhecida. Sem local, publicada em 21/06/2013. Disponível em: <http://www.casseta.com.br/blog/2013/06/21/os-melhores-cartazes-da-manifestacao/>.

Outro cartaz significativo, mas que, infelizmente, não foi encontrado nas galerias virtuais em que esta pesquisa foi realizada, e, portanto, não foi possível encontrar o nome do fotógrafo que o registrou nem o local onde a imagem foi capturada. No link onde está disponível, consta apenas a data de publicação, 21 de junho. Contudo, mesmo com esses obstáculos para uma apreensão completa do documento, o cartaz 21 permite uma leitura que demonstra o caráter de despolitização das Jornadas de Junho. Esse posicionamento de “nem esquerda, nem direita”, que consiste, verdadeiramente em um *não posicionamento*, é formado pela atuação da pós-política no senso comum, que, como explicamos no capítulo anterior, estrutura uma pós-ideologia que obscurece que a política é um campo de disputa de projetos ideológicos, e dá a aparência de que a luta é simplesmente de plano moral.

2014

Saindo de 2013, os cartazes das manifestações vão passar a exibir mensagens que permitem-nos visualizar que o momento (D), utilizando ainda a classificação da tabela de Fernandes (2019), se fixou e transcendeu as Jornadas de Junho em um contínuo que seguiu sendo desenvolvido e reforçado nos anos posteriores. São essas outras manifestações, motivadas especificamente pelo repúdio ao governo do PT, os eventos que, de fato,

possibilitam que o vácuo de hegemonia aberto em Junho seja verificado como causador de consequências permanentes na conjuntura política e social do país.

Aliás, a partir de agora, os protestos carregarão uma peculiaridade: as mensagens vão começar a aparecer mais frequentemente em suportes sofisticados, como faixas e banners de produção gráfica, sobrepujando os cartazes propriamente ditos, no sentido de sua confecção (papel cartolina, papel ofício, papelão; lápis, caneta, tinta). Supomos que isso se deve às mudanças no cenário social dos protestos: o que começou, em 2013, com uma juventude e setores da classe trabalhadora, foi dando lugar às altas camadas da classe média, que, inegavelmente, dispõem de muito mais recursos para compor suas manifestações.

Não significa dizer, porém, que durante as Jornadas de Junho não se viram também faixas e banners gráficos, apenas que, em quantidade, não superavam a presença dos cartazes de produção caseira, que é o que vai acontecer nessas novas manifestações a partir de 2014. Muito menos significa dizer que os cartazes de papel desapareceram das ruas nesse ano. Apenas que, nos parece, o cartaz vai deixar de configurar um meio de comunicação inteiramente espontâneo, que pode ser fabricado na própria rua, dentro da manifestação, para se transformar em um dispositivo *gourmetizado* pelo dinheiro. O que, em adicional, também reflete, ao mesmo tempo em que é reflexo, o deslocamento discursivo-ideológico que defendemos no presente trabalho.

Figura 22 - Quero o meu Brasil livre do PT



Fonte: Will Rodrigues. São Paulo, tirada em 15/11/2014. Disponível em:

<<https://www.shutterstock.com/pt/image-photo/sao-paulo-brazil-november-15-protesters-230719960>>.

Figura 23 - Fora PeTralhas! // Impeachment Já! #FORAPT // O povo que vota no "PT" é cúmplice



Fonte: Will Rodrigues. São Paulo, tirada em 15/11/2014. Disponível em:

<<https://www.shutterstock.com/pt/image-photo/sao-paulo-brazil-november-15-some-230712235>>.

Figura 24 - Voto impresso já! #TransparênciaNãoTemPartido



Fonte: Will Rodrigues. São Paulo, tirada em 15/11/2014. Disponível em:

<<https://www.shutterstock.com/pt/image-photo/sao-paulo-brazil-november-15-protesters-230719963>>.

Os registros em questão datam do período posterior às eleições presidenciais de 2014, em que Dilma Rousseff, a candidata do Partido dos Trabalhadores, conseguiu ser reeleita pelo voto direto mesmo após todos os acontecimentos de 2013. O que nos lembra que, por mais que a presença nas ruas durante as Jornadas de Junho tenha sido colossal, comparado a qualquer outro tipo de demonstração popular na história recente do país, e que muitas das mensagens avistadas expressassem um esgotamento do ciclo de governos do PT e da própria Dilma, não representavam as inclinações do povo brasileiro em sua totalidade. O cartaz político, como documento, proporciona que conheçamos parte do pensamento de certa parcela da sociedade em determinada época, mas apenas isto, uma parcela.

A fotografia 22 traz um cartaz com o já bastante conhecido clamor de “libertação” do Brasil do poder petista, enquanto, a 23, completa a pintura com mais exclamações no sentido de expulsão do partido junto de um pedido de impeachment da presidente que havia acabado de ser reeleita, agora em faixas de fabricação gráfica. Mas, o que realmente salta aos olhos nessa sequência, é o pequeno cartaz no canto inferior direito da foto 23, no qual se lê: “O povo que vota no ‘PT’ é cúmplice”. Partindo deste enunciado, podemos conjecturar que já passeava entre os manifestantes, para além da sólida despolitização, um espírito ultrapolítico. O “modelo de guerra” descrito por Slavoj Žižek (1999, p.241 apud FERNANDES, 2019,

p.254) que estabelece um cenário de “nós” contra “eles”; só que, agora, o inimigo não é mais o Partido dos Trabalhadores apenas, mas todas as pessoas que continuam colaborando para eleger seus candidatos.

Quanto à mensagem do cartaz 24, temos, secundariamente, o detalhe da alusão à Cuba como um posicionamento antiesquerda, que, como vimos na foto 20, é algo que possuía raízes já em 2013. Já a frase principal da composição, entendemos que sua concepção está amparada na campanha de inconformidade que o candidato Aécio Neves colocou em curso após sair derrotado das eleições, bem como toda a manifestação retratada nessa sequência de fotos.

Conforme exposto no capítulo anterior deste trabalho, Aécio não aceitou a vitória da candidata petista, visto que pensou que tal resultado não seria possível dentro do quadro de rejeição ao Partido dos Trabalhadores que estava posto desde as Jornadas de Junho. Tanto que utilizou-se disso para construir sua campanha de arrecadação de votos. Quando o segundo turno consagrou a reeleição de Dilma Rousseff, o candidato psdebista não exitou em lançar ao público um discurso que levantava dúvidas acerca da legitimidade dos resultados da votação, questionando se as urnas eletrônicas seriam realmente um sistema confiável para realizar-se o processo eleitoral. Foi o bastante para despertar entre parte da população, já receptível a tais estímulos, um sentimento de desconfiança para com um método que estava em pleno funcionamento desde 1995. Pois,

Embora cada mente humana individual construa seu próprio significado interpretando em seus próprios termos as informações comunicadas, esse processamento mental é condicionado pelo ambiente da comunicação. Assim, a mudança do ambiente comunicacional afeta diretamente as normas de construção de significado e, portanto, a produção de relações de poder (CASTELLS, 2013, p.15).

2015

Figura 25 - O Brasil não será uma nova Cuba! // Não vamos nos calar, o Brasil precisa de progresso



Fonte: Antonio Scorza. Rio de Janeiro, tirada em 15/03/2015. Disponível em:

<<https://www.shutterstock.com/image-photo/rio-de-janeiro-march152015brazilians-march-along-260655341>>.

Aqui, em primeiro plano, outra demonstração do uso de Cuba como exemplo de um tipo de governo pelo qual essas pessoas sentiam aversão; no caso, um governo de esquerda. Vemos que é um discurso que realmente se fixou em parte do senso comum, dado que continua a estar presente nas ruas dois anos após sua primeira aparição. Secundariamente, outra mensagem expressa que o Brasil está estagnado, e que o progresso virá com a saída do Partido dos Trabalhadores da gestão, o que é reforçado no plano de fundo com o agora costumeiro slogan “fora Dilma”. Podemos ver, ainda, a permanência do verde e amarelo como símbolo característico desses novos protestos.

Vale lembrar que as manifestações, agora, vão passar a ser convocados, desde 2014, unicamente como atos de repúdio ao PT, e, portanto, não será mais vista a diversidade social que se apresentou nas Jornadas de Junho, uma vez que aquela multidão não partilhava de um sentimento antipetista em sua totalidade, apenas partes dela — até porque, foi justamente essa diversidade de Junho que forneceu a sua desagregação discursiva. Fato é que a perda dessa heterogeneidade de camadas sociais, que vai dar lugar a um protagonismo da alta classe média nas ruas, também pode ser observado nos registros fotográficos das manifestações. Na

imagem 25, por exemplo, vemos um perfil de vestuário nos manifestantes que transparece um certo poder aquisitivo, e a posição relativamente elevada que ocupam na estrutura das relações sociais.

Quanto a isso, Pinto (2017, p.30) coloca como atestado dessa mudança de protagonismo a questão de um deslocamento também geográfico desses novos protestos, dado que levaram

[...] as concentrações para locais e/os bairros de classe média alta: avenida Paulista e seu entorno em São Paulo, Copacabana no Rio de Janeiro, Moinhos de Ventos em Porto Alegre, para citar apenas alguns exemplos em grandes capitais. Esse deslocamento não é um detalhe, espelha o tipo de pessoas que era esperado nas manifestações. [...] Isso não implica dizer que havia a intenção de não ter setores populares nas manifestações, mas sim de que não era para esses setores que estavam sendo dirigidas as convocações. Em 2013, as manifestações nessas três cidades ocorreram nos centros velhos, o deslocamento geográfico seguiu o deslocamento discursivo.

Figura 26 - Fora corruPTos // Chega Dilma! // Fora Supremo, fora Dilma! Queremos só Ministério Público



Fonte: Antonio Scorza. Rio de Janeiro, tirada em 15/03/2015. Disponível em: <<https://www.shutterstock.com/image-photo/rio-de-janeiro-march152015-brazilians-marches-260697764>>.

Nesta imagem, se observa a questão de banners e faixas de produção gráfica prevalecendo como o suporte principal das mensagens dos protestos. É interessante notar, no plano principal do enquadramento, o uso criativo de um jogo de palavras que insere a sigla PT na palavra “corruptos”, em que aparece claramente a conexão feita por parte da população entre o antipetismo e o espírito moralista de anticorrupção. E ainda, a cor vermelha característica do Partido dos Trabalhadores em contraste com as cores nacionais.

Figura 27 - Intervenção militar já!! O Brasil EXIGE: Ordem e Progresso!! // Intervenção militar já! Proteção contra as tropas do MST o UNASUL.



Fonte: Celso Pupo. Rio de Janeiro, tirada em 15/03/2015. Disponível em:
<<https://www.shutterstock.com/image-photo/rio-de-janeiro-brazil-march-15-261712028>>.

Em 2015, começamos a ver a exacerbação do momento (D) nascido nas Jornadas de Junho de 2013 com o adicional de ideias cujos princípios flertam com o fascismo. Conforme expomos no decorrer deste trabalho, isso se dá pela evolução e um cenário de pós-política evolui para um de ultrapolítica, propiciado por noções de rejeição não apenas à estrutura partidária como também à toda a classe política. Daí para alcançar um saudosismo de épocas autoritárias e ditatoriais, não é um caminho muito longo a se percorrer, como podemos testemunhar.

Quanto a existência dessa receptividade antidemocrática entre a população brasileira, Telles (2019, p.64), explica que

Estudos realizados pelo Programa Nacional das Nações Unidas (PNUD) em 2004, em 18 países da América Latina, revelaram que a preferência dos cidadãos pela democracia é relativamente baixa na região. Grande parte dos latino-americanos prefere o desenvolvimento à democracia e, inclusive, retiraria seu apoio a um governo democrático se ele fosse incapaz de resolver os seus problemas econômicos.

Figura 28 - Quero voltar a dizer que eu tenho orgulho de ser brasileiro // PT Partido Tenebroso Partido dos ladrões // We are all Sergio Moro



Fonte: Donatas Dabravolskas. Rio de Janeiro, tirada em 13/03/2016. Disponível em: <<https://www.shutterstock.com/pt/image-photo/rio-de-janeiro-brazil-march-13-390100927>>.

Figura 29 - Intervenção militar art 142



Fonte: Alexandre Rotenberg. Rio de Janeiro, tirada em 31/07/2016. Disponível em: <<https://www.shutterstock.com/pt/image-photo/rio-de-janeiro-brazil-july-31st-461398783>>.

Figura 30 - O problema do Brasil Mais de 600 corruptos destruindo o Brasil Congresso da imoralidade



Fonte: JJPetit. São Paulo, tirada em 14/12/2016. Disponível em:
 <<https://www.shutterstock.com/pt/image-photo/sao-paulo-paulobrazildecember-14th-2016demonstration-against-1624010023>>.

Esta sequência de registros, feitos nas manifestações ocorridas no ano final do recorte de tempo proposto neste trabalho, divide-se em dois momentos cujos contextos são diferentes. Primeiramente, as imagens 28 e 29, datam de antes da perpetração do golpe que tirou a então presidente Dilma Rousseff da presidência do Brasil, que foi concluído no dia 31 de agosto de 2016, por isso, os protestos continuam a acontecer no sentido de pedir por seu impeachment. Está visível no plano de fundo da foto o que parece ser a palavra “fora”, que, sabemos, compõe o famoso slogan “foda Dilma”. À frente, mais jogos de palavra com a sigla do PT: “Partido Tenebroso”, juntamente à ligação automática do partido com a corrupção. E, tal qual a mensagem do cartaz 25 trazia a ideia de que o progresso do país dependia da deposição da gestão do PT, vemos em 29 uma ideia que, podemos dizer, carrega o mesmo significado: o interlocutor está na rua, protestando, pois, acredita que a manifestação de que participa é motivada por uma demanda que vai permiti-lo voltar a sentir orgulho de sua nacionalidade. Ou seja, se o Partido dos Trabalhadores sair de cena, esse orgulho poderá retornar.

A imagem 30, por sua vez, acontece já em um cenário onde Dilma Rousseff finalmente foi “colocada para fora”, e o Brasil foi retirado das “garras” do PT, visto que quem assume a presidência em seu lugar é o vice-presidente de Rousseff, Michel Temer, procedente

do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).²⁹ Agora, o cartaz capturado não coloca a corrupção lado a lado com o PT, mas volta para o ponto inicial de quando a pauta artificial contra a corrupção foi lançada em 2013, aplicando-a à classe política como um todo. Essa generalização, explicitada em “Congresso da imoralidade”, vai ser levada ao extremo nos anos seguintes a 2016, juntando-se às inclinações antidemocráticas para formular pedidos de fechamento do Congresso. Ainda nesse enquadramento, um detalhe chama atenção: a presença de Fernando Holiday, ao microfone, coordenador nacional do Movimento Brasil Livre (MBL), o mesmo que impulsionou nas redes virtuais a disseminação das ideias conservadoras que alimentaram as manifestações pró-impeachment a partir de 2014.

Com isso, ao final da exposição da leitura dos cartazes, fica visível a apropriação que foi feita do potencial aberto nas Jornadas de Junho de 2013, no sentido de alavancar um movimento à direita do espectro político no Brasil. E tal movimento não *surgiu* simplesmente, mas, antes, foi possível porque já havia certo grau de receptividade para isso entre a população.

²⁹ Antigo PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento exposto apresentou a problemática das novas manifestações sociais de revolta política à luz do século XXI, explicando as peculiaridades desse retorno às ruas num contexto histórico de tantas conquistas alcançadas por lutas que foram empreendidas sob conjunturas completamente diferentes no século anterior.

Iniciamos a linha de argumentação com o exemplo do Occupy Wall Street, acontecido nos Estados Unidos, por enxergarmos neste evento, e no ano de 2011 como um todo, episódios que marcaram o fazer político do povo nessa segunda década do século XXI, servindo de modelo e pontapé para que em outros países as pessoas percebessem que o incômodo da impossibilidade do real não é inelutável. Mas, principalmente, porque o Occupy é um ótimo exemplo desse novo fazer político em um cenário de pós-ideologia, onde acredita-se que a política pode ser exercida descolada de projetos, e que transformações de vida são apenas questão de ter-se uma ética governamental, seja qual for o seu direcionamento (direita ou esquerda, ou centro).

Mesmo testemunhando uma aversão e dispensa a posicionamentos ideológicos, poderíamos, acostumados a ver nas ruas o lugar histórico de acontecimentos progressistas, deixar-nos acreditar que o potencial de qualquer demonstração de indignação do povo contra o governo é indicativo lógico da existência de um potencial para caminhar em direção ao horizonte de superação da democracia burguesa, que continua gestando as causas da indignação por continuar forçando que a vida funcione no impossível edifício do capitalismo. Poderíamos nos permitir pensar que, a preocupação a ser considerada ao ver essas manifestações,

é se esses movimentos conseguem formular uma plataforma política básica capaz de entrar na “guerra de posição” pela hegemonia social e cultural, “acumulando forças sociais e políticas”. E se terão oportunidade para “criar condições efetivas (político-ideológicas)” para uma nova estruturação de classe capaz de responder por meio das instituições democráticas aos manifestos (ALVES, 2012, p.528, grifos do autor).

Porém, como esperar que esses movimentos se esforcem para conseguir lutar a “guerra” pelo lugar na hegemonia quando não há a compreensão de que essa guerra existe? De que essa guerra é travada assentada sobre projetos que são, sim, ideológicos?

Nesse sentido, trouxemos as Jornadas de Junho vistas no Brasil no ano de 2013, que funcionaram como um ótimo demonstrativo de que não é possível apontar para uma multidão em fúria que o melhor caminho a seguir, em busca das soluções necessárias, está à esquerda

do espectro político, quando as consciências estão sendo operadas por uma despolitização descontrolada que rejeita mediação. Dentro da qual, não é custoso para as forças de direita aproveitarem a oportunidade de escalada até o lugar de hegemonia, visto que não há o pleno discernimento entre os revoltosos do que exatamente significam essas forças. Isto pois, há situações em que “os enfrentamentos sociais são enfrentamentos semióticos, de categorias e símbolos. Afinal, quem tem o poder de definir é sempre quem impõe sua visão das coisas. A linguagem sempre é uma opção política.” (SOLANO, 2014, p.106).

Quando a esquerda se veste de esquerda — e segue sendo porta-voz de um discurso esgotado, como o do PT —, e a direita se veste de não-político, de *outsider*, é muito provável que o potencial de criação de novas condições políticas que concedam uma reestruturação das relações sociais, de que fala Alves (2012), seja apropriado e remodulado para, efetivamente, manter essas condições e essas relações do jeito que estão. Ou pior, fazê-las regredir, como demonstrado pelo saudosismo ditatorial visto nas ruas do Brasil a partir de 2015.

A pesquisa visual realizada nos mostrou que o discurso ideológico do país sofreu um deslocamento a partir das aberturas propiciadas pela desagregação das manifestações de 2013, que se iniciaram à esquerda e terminaram dando seta para a direita. Compreendemos, contudo, que isso não significa que todas as pessoas que estavam nas ruas pela pauta do aumento da passagem se identificariam com esse posicionamento ideológico, nem, muito menos, que a totalidade daquelas que protagonizaram expressões do que Fernandes (2019) classificou, em sua tabela, compondo os momentos (C) e (D), eram conservadoras e se enxergariam como atores políticos de direita. Mas, que o potencial apresentado por certos tipo de receptividade vistos em Junho foi apropriado por grupos com interesses essencialmente ultrapolíticos e autoritários.

No mais, ressaltamos que o novo protagonismo das classes médias, ensejado por tal apropriação, não reflete a eliminação das classes populares do palco das lutas urbanas, e, menos ainda, reflete a subtração da esquerda do ativismo, tanto no sentido de organização política como no de simpatizantes dos seus ideais. Em verdade, enquanto, de um lado, acontecia um fortíssimo deslocamento entre grande parte da população, de outro, a oposição a esses discursos permanecia presente nas ruas, fazendo a sua própria barricada de corpos no espaço público contra o movimento autoritário e protofascista que crescia. Para estudar essa permanência contínua durante o desenrolar do processo aberto nas Jornadas Junho, precisaríamos estender o presente trabalho em outras direções.

REFERÊNCIAS

- ALI, Tariq. O uso das imagens no ensino de história: reflexão sobre o uso e a interpretação das imagens dos povos indígenas. In: **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. posição 947-1042 (dispositivo kindle).
- ALVES, Giovanni. Ocupar Wall Street... e depois? In: **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. posição 428-548 (dispositivo kindle).
- AMORIM, Roseane Maria de; SILVA, Cíntia Gomes de. **O uso das imagens no ensino de história: reflexão sobre o uso e a interpretação das imagens dos povos indígenas**. Revista História e Ensino, Londrina, v. 22, n. 2, p.165-187, jul. 2016. ISSN 2238-3018. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/26263>>. Acesso em: outubro de 2020.
- ARANTES, Paulo. O futuro que passou. [Entrevista concedida a] Ivan Marsiglia. **Estadão**, São Paulo, 22 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/noticias/geral,o-futuro-que-passou,1045705>>. Acesso em setembro de 2019.
- BARRAMOS! 15 anos em 15 dias. **Passa Palavra**, 20 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2013/06/79596/>>. Acesso em julho de 2020.
- BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de. Territórios Transversais. In: **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p.65-69.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. São paulo: EDUSC, 2004.
- CARNEIRO, Henrique Soares. Rebeliões e ocupações de 2011. In: **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. posição 54-176.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2016.
- DELACROIX, Christian. **A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras?** Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39 - 79, jan./mar. 2018. Título Original: L'histoire du temps présent, une histoire (vraiment) comme les autres? Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/12709>>. Acesso em julho de 2020.
- FERNANDES, Sabrina. **Sintomas Mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

FREITAS, Alexandre de. **O mundo globalizado: economia, sociedade e política**. São Paulo: Contexto, 2001.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HARVEY, David. Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. In: **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. posição 829-936.

IASI, Mauro Luis. A rebelião, a cidade e a consciência. In: **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p.41-46.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. (PDF).

MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p.19-26.

MARTINS, Caio. O povo nos acordou? A perplexidade da esquerda frente às revoltas. **Passa Palavra**, 22 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2013/06/79837/>>. Acesso em agosto de 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MATTOS, Hebe. História e movimentos sociais. In: **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p.95-111.

MAUAD, Ana Maria; LOPES, Marcos Felipe de Brum. História e Fotografia. In: **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p.263-281.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. História e imagem: iconografia/iconologia e além. In: **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p.243-262.

MOVIMENTO Passe Livre - São Paulo. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p.13-18.

NOVAES, Tatiani Daiana de. **Comunicação como processo: um olhar político e discursivo para um cartaz de manifestação de rua**. Revista Temática, Portal de Periódicos da UFPB, ano XI, n.08, 2015. ISSN 1807-8931. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica/article/view/25234>>. Acesso em outubro de 2020.

OLIVEIRA, Rosangela Silva; JUNIOR, Nilton Ferreira Bittencourt. A FOTOGRAFIA COMO FONTE DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: usos, dimensão visual e material, níveis e técnicas de análise. In: **Congresso Brasileiro de História da Educação**, 7, 2013, Cuiabá. Anais eletrônicos, SBHE. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/>>. Acesso em outubro de 2020.

PAMPLONA, Marco A. **A historiografia sobre o protesto popular: uma contribuição para o estudo das revoltas urbanas**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 215-238, jul. 1996. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2010>>. Acesso em novembro de 2019.

PINTO, Célia Regina Jardim. **A TRAJETÓRIA DISCURSIVA DAS MANIFESTAÇÕES DE RUA NO BRASIL (2013-2015)**. Lua Nova, São Paulo, n. 100, p.119-153, Jan 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452017000100119&lng=en&nrm=iso>. Acesso em março de 2020.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: **Questões para a história do presente**. São Paulo: EDUSC, 1999.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p.7-12.

SAFATLE, Vladimir. Amar uma ideia. In: **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. posição 629-820 (dispositivo kindle).

SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p.71-78.

SILVA, Rubens Rangel; VENEROSO, Maria do Carmo de Freitas. ARTE GRÁFICA DE PROTESTO: REFLEXÕES ACERCA DOS CARTAZES POLÍTICOS DAS JORNADAS DE JUNHO. In: **Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design**, 12, 2016 Belo Horizonte. Anais eletrônicos, Blucher Design Proceedings, 2016, n.2, vol. 9. ISSN 2318-6968. Disponível em: <<https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/arte-grfica-de-protesto-reflexes-acerca-dos-cartazes-politicos-das-jornadas-de-junho-24288>>. Acesso em julho de 2020.

SOLANO, Esther. IDENTIDADE. POLÍTICA E VANDALISMO. In: **Mascarados: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc**. São Paulo: Geração Editorial, 2014, p.105-118. (PDF).

TELLES, Helcimara. Corrupção, legitimidade democrática e protestos: o *boom* da direita na política nacional? In: **As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2019. p.55-89.

THOMPSON, Edward. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.150-203.

VIANA, Silvia. Técnicas para a fabricação de um novo engodo, quando o antigo pifa. **Blog da Boitempo**, 21 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/06/21/tecnicas-para-a-fabricacao-de-um-novo-engodo-quando-o-antigo-pifa/>>. Acesso em setembro de 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. A esquerda mundial após 2011. In: **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. posição 1052-1109 (dispositivo kindle).

YAMAMOTO, Eduardo Yuji; GOMES, Guilherme de Freitas Vilas Boas. A Produção Visual de Comunidades Anônimas: Black Blocks e Anonymous. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 40, 2017, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2017.

ŽIŽEK, Slavoj. **O ano em que sonhamos perigosamente**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

_____. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2011.